



PLANO DE GOVERNO 2024

COLIGAÇÃO
MACAPÁ PARA TODOS NÓS



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
ACESSO AO CONHECIMENTO BÁSICO	6
BENS NATURAIS E SUSTENTABILIDADE	11
DESENHO URBANO, SANEAMENTO E HABITAÇÃO	16
ECONOMIA E CULTURA LOCAL, DINÂMICA, CRIATIVA E SUSTENTÁVEL	21
EQUIDADE, JUSTIÇA SOCIAL E CULTURAL DE PAZ	28
GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E EQUILÍBRIO FISCAL	34
INCLUSÃO SOCIAL E ACESSO A DIREITOS	39
MELHOR MOBILIDADE, MENOS TRÁFEGO	47
MULHERES	53
PRIMEIRA INFÂNCIA	57
SAÚDE E BEM-ESTAR	61
REFERÊNCIAS	70



APRESENTAÇÃO

O século XXI é considerado o século das transformações e da velocidade. Nunca na história do mundo civilizado que conhecemos tivemos tantas mudanças e em tão pouco tempo. As diferentes transformações do modo de vida atual ocorrem em uma velocidade que não permite planejamentos demorados e complexos, apresentam necessidades de modelos de gestão que olhem de forma integrada as necessidades humanas básicas.

Não cabem mais, na atualidade, modelos de gestão pública que ocorram em descompasso com a realidade e complexidade local, o que exige dos gestores, além do aprimoramento técnico, capacidade de articulação entre diferentes níveis de governo.

A gestão pública atual é mais complexa ainda pois exige estar atento às necessidades atuais de seus cidadãos, promovendo bem-estar e qualidade de vida, mas também promover ações que contribuam para um futuro de qualidade frente às contínuas mudanças tecnológicas e alterações climáticas que já nos afetam de forma moderada, mas que tendem a se tornar mais graves. É necessário promover ajustes no espaço e preparar pessoas e cidades para uma vida mais conectada, mais adaptada às alterações climáticas e aos seus efeitos extremos.

Macapá, por ser a capital do Estado e cidade mais populosa do Amapá, tem em seu território fatores que comprometem a qualidade de vida. Com parte de sua população vivendo em áreas com baixa urbanização ou em comunidades rurais, está ainda distante de promover um espaço adequado para viver e trabalhar. Com um elevado número de provedores estatais, tende a atrair um número significativo de pessoas que utilizam estes serviços e afetam sua capacidade de respostas para os diferentes problemas da população.

MACAPÁ



Assim, A COLIGAÇÃO MACAPÁ PARA TODOS NÓS se propõe a promover ações que conectem nestes quatro anos Macapá ao futuro sem renunciar ao presente. Para tanto, ALINE 10 sugere uma gestão amparada em cinco diretrizes, que convergem para a centralidade no ser humano: **prevenção, território, políticas públicas integradas, governança e integração regional.**

A proposta da COLIGAÇÃO MACAPÁ PARA TODOS NÓS se vincula a função básica da gestão municipal, a prevenção. Para ALINE 10 é importante investir recursos na prevenção, seja na educação, na estrutura urbana, na segurança ou na saúde. Estudos demonstram que investimentos em prevenção além de promover a economia de recursos nos tratamentos e nas consequências de desestruturação das pessoas e das famílias, ampliam a qualidade de vida e o bem-estar de todos.

Para a COLIGAÇÃO MACAPÁ PARA TODOS NÓS a vida acontece no território, no lugar em que as pessoas escolheram ou por diferentes circunstâncias vivem. A comunidade ou o bairro deve ser capaz de proporcionar educação, saúde, lazer, trabalho e qualidade de vida.

A COLIGAÇÃO MACAPÁ PARA TODOS NÓS entende que só a integração de políticas públicas permitirá perceber o cidadão integrado em suas diferentes faces. O olhar integrado de políticas públicas permite a redução do desperdício de tempo e de recursos públicos.

A COLIGAÇÃO MACAPÁ PARA TODOS NÓS entende que a governança pressupõe que a boa gestão deve ser construída com a participação de todos. Onde todos: terão acesso a informações sobre aplicação de recursos; na tomada de decisão; saberão dos processos dos atos e ações do gestor e não só dos resultados; terão seus pleitos atendidos de forma rápida e justa, de forma participativa, desde a construção das propostas até o gerenciamento das políticas através de comitês gestores, territorialmente estabelecidos.

Para nos da COLIGAÇÃO MACAPÁ PARA TODOS NÓS entendemos que Macapá precisa fazer valer seu papel na integração regional, promovendo a articulação com os demais municípios do Estado e com os municípios que compõem as ilhas do Pará, que se articulam na dinâmica de circulação de mercadorias, serviços e pessoas e, em especial, com os que compõe a Região Metropolitana.





Para construir a Macapá dos nossos sonhos, a COLIGAÇÃO MACAPÁ PARA TODOS NÓS assume o compromisso de associar suas propostas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. A COLIGAÇÃO MACAPÁ PARA TODOS NÓS apresenta suas propostas em 10 eixos:

1. **ACESSO AO CONHECIMENTO BÁSICO** – Eixo focado na **EDUCAÇÃO BÁSICA**.
2. **BENS NATURAIS E SUSTENTABILIDADE** – Eixo focado na melhoria dos ambientes naturais e do **MEIO AMBIENTE**
3. **DESENHO URBANO, SANEAMENTO E HABITAÇÃO** – Eixo que apresenta as propostas para a promoção de um melhor **PLANEJAMENTO URBANO** com organização dos espaços, políticas integradas na qualidade de vida na área urbana e promoção de habitação digna.
4. **ECONOMIA E CULTURA LOCAL, DINÂMICA, CRIATIVA E SUSTENTÁVEL** – Eixo focado na promoção no fortalecimento da **ECONOMIA** com geração de trabalho e renda.
5. **EQUIDADE, JUSTIÇA SOCIAL E CULTURAL DE PAZ** – Eixo que tem foco na **SEGURANÇA PÚBLICA**, e promoção de um ambiente voltado para a cultura da paz.
6. **GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E EQUILÍBRIO FISCAL** – Eixo que apresenta os princípios que nortearão a **GESTÃO** do mandato.
7. **INCLUSÃO SOCIAL E ACESSO A DIREITOS** – Eixo que apresenta as propostas para a **ASSISTÊNCIA SOCIAL** e a promoção dos direitos básicos.
8. **MELHOR MOBILIDADE, MENOS TRÁFEGO** – Eixo que apresenta propostas para melhoria do **TRÂNSITO** e garantia do direito de circular pela cidade com segurança.
9. **MULHERES** – Eixo que se propõe a apresentar políticas integradas para **MULHERES**;
10. **PRIMEIRA INFÂNCIA** - Eixo focado nas **CRIANÇAS** de 0 a 06 anos;
11. **SAÚDE E BEM-ESTAR** – Eixo que apresenta as propostas para a **SAÚDE** e promoção do bem-estar para a população de Macapá.

A COLIGAÇÃO MACAPÁ PARA TODOS NÓS entende que é no município que as pessoas moram e produzem, e que, fazer parte da construção de uma Macapá melhor para os que aqui vivem hoje e os que continuarão aqui vivendo é um dever de todos. O documento denominado PROPOSTA DA COLIGAÇÃO MACAPÁ PARA TODOS NÓS é um primeiro recorte construído a partir da análise de dados existentes, porém não é um documento fechado e acabado, tem ainda espaço para contribuições de operadores de políticas públicas como também da sociedade Macapaense. É um primeiro esboço do que queremos fazer para integrar a Macapá de hoje com a Macapá do futuro e que esperamos possa vir a ser construir com a ajuda de todos nos próximos 04 anos.

Coronel Adilton



1 - ACESSO AO CONHECIMENTO BÁSICO

A Educação Básica de qualidade e acessível a todos é direito reconhecido pela Constituição – CF de 1988. Dados coletados no INEP mostram que há um crescimento na melhoria da qualidade do ensino em Macapá desde 2015, com notas do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB apontando proficiência em matemática e português. Entretanto, nem todas as escolas fazem a avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB.

Ao se comparar a aprendizagem da matemática e do português nas nas séries dos anos finais do ensino fundamental, há a percepção de uma grande lacuna, o que levar e se pressupor três possíveis causas: a primeira associada a baixa qualidade do ensino na educação dos anos finais; a segunda relacionada ao mascaramento da avaliação do SAEB, com a realização de provas direcionadas; ou, modelos de formação que preconizam a nota e não a aprendizagem.

É importante destacar que em 2023, aproximadamente 35.000 crianças foram matriculadas nas escolas municipais em etapas de ensino infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Além das crianças matriculadas nos anos iniciais no sistema municipal de ensino de Macapá, 12.000 alunos foram matriculadas na rede de ensino estadual e aproximadamente 8.000 foram matriculadas na rede privada. Estes dados nos alertam para dois fatores importante:

- 1.O primeiro relacionado ao comprometimento de recursos que deveriam vir para o Estado, pois ao assumir a responsabilidade, constitucionalmente vinculada aos municípios, o Governo do Estado não computa estes investimentos como relacionado a educação, inclusive não podendo contratar professores pelos processos formais de concurso. Os recursos aplicados na manutenção de 12.000 alunos matriculados em Macapá na estrutura de ensino estadual, que deveriam ser assumidos pelo município, afeta a qualidade no ensino ofertada nos anos subsequentes e nos investimentos aos demais municípios.
- 2.O segundo é que, aproximadamente 10% da população de Macapá está nas dependências de espaço público pelo menos 4 horas por dia em 9 meses por ano. Além de estabelecer relações formais com pelo menos um adulto responsável por estas crianças. Estes dados demonstram a importância de fortalecer as políticas integradas, tendo a escola como aliada na prevenção nas diferentes frentes de políticas públicas básicas de responsabilidade do município.





Dados do CENSO – INEP, referente a 2023, demonstram que 100% das escolas municipais ofertam merenda escolar para seus alunos, uma informação positiva, mas que merece uma atenção diferenciada. A ausência de dados abertos no portal da transparência da Prefeitura Municipal de Macapá, não permite avaliar o tipo e a qualidade da alimentação ofertada e se os alimentos adquiridos são regionalizados e favorecem a agricultura familiar, um dos pilares da segurança alimentar e nutricional.

Uma alimentação saudável e balanceada é primordial no crescimento e desenvolvimento de crianças e ajuda a proteger contra a má nutrição em todas as suas formas, bem como as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), entre elas: diabetes, doenças cardiovasculares e câncer.

De acordo com o CENSO – INEP, em 2023 foram matriculados 36.274 pessoas, em 103 escolas municipais de Macapá. Destas, conforme apresentado na tabela abaixo, 2.074 são vinculadas ao ensino especial, praticamente o dobro do que foi matriculado em 2019. Os dados chamam atenção para alguns aspectos essenciais para a construção de políticas integradas.

Tabela 01: Matrícula por etapa de ensino em Macapá – período de 2019-2023.

ETAPAS DE ENSINO	2019	2021	2023
CRECHE	494	969	1.524
PRÉ-ESCOLA	9.051	8.570	9.394
ANOS INICIAIS	22.908	22.350	21.949
EJA	2.448	1.491	1.333
EDUCAÇÃO ESPECIAL	1.058	1.228	2074
TOTAL	35.959	34.608	36.274

Fonte: INEP (2023). Acessado em 16.07.2024.

O aumento do número de matrículas de alunos no ensino especial na rede pública municipal apresenta uma tendência de crescimento, de 2019 a 2023, quando praticamente dobrou o número de alunos matriculados nesta modalidade de ensino. O aumento significativo de matrículas na modalidade de ensino especial exige medidas urgente na organização da estrutura das escolas e ambiente escolar, bem como, na preparação de professores e equipe técnica para atender a crescente demanda. Atualmente, segundo dados CENSO – INEP de 2023, 61% das escolas municipais tem sala de atendimento especial, 51% das escolas tem acessibilidade, 62% das escolas tem dependências acessíveis e 57% tem sanitários acessíveis.





Outro fator que chama a atenção é o número de alunos do Ensino de Jovens e Adultos – EJA, de 2019 à 2023 houve uma queda significativa de matrículas nesta etapa de ensino. A premissa inicial seria de que cada vez mais jovens terminam seus estudos sem distorção de idade-série. Entretanto, dados levantados junto ao INEP, demonstram que o Amapá é o Estado com maior índice de evasão do ensino médio, e considerando que Macapá detém a maior população do Estado, os dados podem refletir a situação do município. A ampliação do número de alunos na rede privada, quatro vezes mais em 2019 do que 2023, saindo de 580 para 2.009, demonstra baixo interesse no uso da rede pública municipal, não sendo possível avaliar as causas.

Em relação ao ensino digital, importante aspecto para a integração de crianças da rede pública com as mudanças tecnológicas ocorrida nos últimos anos na sociedade, dados coletados referente a informações do CENSO - INEP 2023 indicam que 20% das escolas municipais tem acesso a laboratório de informática e que 62% têm acesso a banda larga. Os dados apresentam um ambiente pouco propício ao fomento do ensino digital e a um ambiente escolar inovador, fator que ganha relevância quando as pesquisas socioeconômicas, realizadas CENSO - INEP 2023, aponta que 62% das crianças da escola pública municipal não têm acesso a tablet e 51% não tem acesso a computador.

O ensino focado em fomentar a inovação pressupõe além da estrutura física a formação adequada no ensino da ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM - science, technology, engineering and mathematics). Um dos pressupostos da educação inovadora preconiza a inserção dos alunos do ensino básico à compreensão da robótica e da programação. Na conexão com o mundo atual e o mundo futuro é necessário inserir na dinâmica de ensino, elementos que despertem de forma lúdica a aprendizagem focada no uso das tecnologias.

A educação inovadora deve ser ampara nas bases do ensino da ciência. Análise dos últimos três ciclos das provas aplicadas no SAEB, no município de Macapá, demonstram a queda contínua da aprendizagem nos ciclos de estudo, em especial no ensino das disciplinas focadas na matemática. O grande desafio é trazer para os primeiros ciclos de ensino a formação de base para as quatro disciplinas, integração entre elas e ensino baseado em desafios práticos.

Uma das linhas que devem ser estimuladas no Projeto Pedagógico da Educação Básica é a educação empreendedora. A escola deve ser um espaço de estímulo a práticas empreendedoras que tem na educação básica o início da compreensão de ambientes de negócios. Através de dinâmicas e de ambientes lúdicos é possível estimular a idealização e a prototipação de negócios.





É necessário assim, aumentar o número de escolas com laboratórios e espaços de aprendizagem fora da sala de aula. Dados do CENSO - INEP de 2023 apontam que apenas 10% das escolas municipais tem laboratórios de ciências e apenas metade das escolas tem biblioteca ou espaços de leitura. Espaços escolares adequados contribuem para melhor qualidade no ensino e na aprendizagem e, a baixa infraestrutura atual associadas as atividades complementares a sala de aula, amplia a lacuna no ensino-aprendizagem, comprometendo o processo de formação futuro e ascensão social dos alunos da rede pública.

Uma escola de qualidade e inovadora é garantida também com professores bem qualificados e bem remunerados. Dados do CENSO - INEP de 2023, apontam que há na rede pública municipal 723 professores na área urbana e 145 na área rural. A ausência de transparência das contas públicas municipais não permite avaliar quantos destes são efetivos e quantos são contratos temporários. A ausência de dados compromete uma análise mais qualitativa do perfil dos profissionais da educação básica e a necessidade de formação complementar.

Também não fica claro a quantidade de profissionais destinados a orientação pedagógica e quantos profissionais estão à disposição da educação especial. Um fator importante ligado ao ensino fundamental é a formação adequada de professores destinados à educação básica das primeiras etapas de ensino. Alterações em andamento no MEC, sobre as formações voltadas a licenciatura, em especial da pedagogia, apontam a necessidade de formação presenciais de pedagogos, formação necessária para o ensino da educação básica nos primeiros anos do ensino fundamental.

Professores do ensino básico tem seu processo de educação formal, na sua maioria, estruturados em modelos pedagógico por vezes desconectados da realidade que se impõe na escola atual. As atuais matrizes curriculares dos cursos de pedagogia, não aprofundam o ensino da matemática, da língua portuguesa, da formação digital e da educação especial. Há uma necessidade preeminente de se estabelecer um programa de formação continuada para os professores da rede de ensino municipal, que permita aos docentes formarem cidadãos que no futuro não estarão excluídos das oportunidades de emprego e renda.





Para alterar de forma positiva a educação básica no município de Macapá são proposta da COLIGAÇÃO MACAPÁ PARA TODOS NÓS:

1. **Ampliar** a qualidade do ensino da educação básica para além da nota do IDEB;
2. **Modernizar** a infraestrutura a infraestrutura das escolas municipais, assegurando acessibilidade, ambientes adequados ao processo de aprendizagem e espaços complementares de formação;
3. **Ampliar** o ensino digital nas escolas municipais com aumento de laboratórios de informática e aquisição de equipamento tecnológicos complementares à formação em sala de aula;
4. **Promover** saúde e bem-estar integrado com educação municipal, com garantia de merenda regionalizada e atendimentos de saúde no espaço escolar;
5. **Promover** o uso de ferramentas digitais para docentes com implantação de sala de professores em todas as escolas providas de equipamento de informática e apoio à aquisição de notebooks;
6. **Implantar** ensino complementar de educação empreendedora, matemática e informática na rede pública municipal, e intensificar formação de professores na abordagem STEM e no ensino especial;
7. **Realizar** concurso público para o setor de educação da Prefeitura de Macapá e pagar o direitos devidos aos profissionais da educação pública municipal;
8. **Ampliar** o número de salas de atendimento especial nas escolas e ampliar e implantar escolas com ensino especial em cada território;
9. **Ampliar** a participação da comunidade nos espaços escolares intensificando ações de integração da escola com seu entorno;
10. **Implantar** a democratização da educação com incentivo à participação dos espaços colegiados e na gestão das unidades escolares.

ODSs ASSOCIADAS

ODS 01 – Erradicação da pobreza: Eliminar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares;

ODS 04 – Educação de qualidade: assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.



2 - BENS NATURAIS E SUSTENTABILIDADE

A questão ambiental ganhou contornos de política pública no mundo a partir da publicação do Relatório Brundtland, conhecido também como Nosso Futuro Comum, publicado em 1987, que entre outros conceitos estabeleceu o termo Desenvolvimento Sustentável, bem como, de estudos realizados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) em 1988. Os relatórios também serviram de base para a 2ª Conferência de Meio Ambiente das Nações Unidas, realizada no Rio de Janeiro em 1992, a ECO-92.

Na Conferência dois pontos foram discutidos com mais ênfase: a) a necessidade de estabelecer sistemas de gestão nos países membros; e, b) a importância de se ampliar o estudo sobre a destruição da camada de ozônio e seus reflexos no clima do planeta. Na 2ª Conferência de Meio Ambiente foi formalizada a Convenção-Quadro sobre mudança do clima, cuja primeira reunião, denominada Conferência entre as Parte (COP) ou Conferência do Clima, aconteceu em 1995, em Berlim.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 já estabelecia, em seu Art. 225, a responsabilidade do Estado e da coletividade o dever de defender e preservar as gerações presentes e futuras. O artigo também estabeleceu a necessidade de garantir a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Entretanto, antes mesmo da Constituição de 1988, o Brasil já havia criado a Política Nacional de Meio Ambiente, estabelecida pela Lei 6.938/81, que criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

A Lei nº 9.605, de 1988, por sua vez estabeleceu as sanções penais e administrativas para condutas lesivas ao meio ambiente. O arcabouço legal brasileiro relacionado ao meio ambiente também versa sobre questões relacionadas a gestão de resíduos sólidos, o sistema florestal e controle das atividades potencialmente poluidoras. Estabeleceu ainda, o regramento sobre as competências de cada esfera de governo responsável pela proteção e garantias de um meio ambiente sustentável.

A Constituição Federal de 1988, estabeleceu em seu Art. 23, que é competência administrativa comum entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a preservação ambiental. Por sua vez, a Lei Complementar Federal nº 140, de 2011, fixa normas desta inter cooperação na proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.





Em 2018, o COEMA – CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO AMAPÁ, amparado na Lei Complementar Federal nº 140, publicou resolução estabelecendo a classificação de atividades que poderiam ser licenciadas pelos municípios e a condição para executar estas competências. Recentemente, em 02 de maio de 2024, publicou nova resolução, RESOLUÇÃO COEMA Nº 06202 que dispõe sobre os procedimentos, critérios e competências de licenciamento ambiental e define os empreendimentos e/ou atividades potencialmente causadores de degradação ambiental. Um dos aspectos que a Resolução apresenta é a necessidade da estrutura para execução da gestão ambiental (Política, Fundo e Órgão Municipal de Meio Ambiente).

Apesar de já atuar com ações voltadas à política do meio ambiente, Macapá ainda tem muito a fazer, em especial: no controle ambiental das condicionantes das atividades licenciadas; na transparência das informações das licenças expedidas pelo órgão; no fundo municipal do meio ambiente, que apesar de estar ativo não vem sendo gerenciado pelo órgão ambiental municipal; e, na pouca atuação em ações de educação ambiental, em especial de temas relacionados à limpeza urbana. A gestão inadequada dos resíduos na cidade favorece o aumento de doenças e desestruturação de comunidades.

Para assegurar um meio ambiente ecologicamente equilibrado é necessário compreender todos os aspectos que compõe o espaço do território. A identificação das áreas ambientalmente sensíveis é condição necessária para avaliar sua resiliência (capacidade de recuperação de um ambiente) e desenho de políticas públicas para o cumprimento dos regramentos estabelecidos pelo arcabouço legal vigente.

Macapá, com 6.407 km² de extensão, tem como principais biomas o cerrado e floresta de transição, cujo desenvolvimento depende de regime de águas pluviais abundantes e constantes. Também compõe o território de Macapá as florestas de várzeas que ocupam as áreas costeiras e as áreas úmidas no espaço urbano, denominadas áreas de ressaca. A ocupação destes ambientes considerados frágeis e necessários ao equilíbrio climáticos no espaço urbano, ganha contornos mais emergentes quando associado a intensificação dos efeitos climáticos extremos.

Macapá conta hoje com 26 áreas desestruturadas que, na sua maioria, ocupam espaços que deveriam ser mantidas como preservados para absorção das águas pluviais nos períodos chuvosos e resfriadores para o calor extremo nos períodos de estiagem. A degradação destes ambientes favorece a incidência de doenças e contribui para o aumento da temperatura nos espaços urbanos, potencializada pelo aquecimento global.





Um dos aspectos relacionados ao aquecimento global que cada vez mais afeta Macapá é a salinização das águas do Rio Amazonas que afligem as comunidades ribeirinhas, além da erosão de comunidades localizadas no litoral do município e no Arquipélago do Bailique, denominado fenômeno das terras caídas. Entre 2023 e 2024 o Governo do Estado do Amapá, por meio da Secretaria Estadual de Assistência Social – SEAS, atendeu 2.443 famílias com 6.093 unidades de cesta básica de alimentos além de 2.100 garrações de 20 l de água mineral, para atenuar os efeitos da estiagem a famílias atingidas pelo desbarrancamento de áreas em que viviam. O fenômeno das terras caídas agravou mais ainda a precariedade na região em decorrência da erosão do posteamento de energia em algumas vilas.

É oportuno se acrescentar que em relação as mudanças climáticas há uma preocupação latente no mundo com as populações mais pobres. O aquecimento do planeta, em especial nas zonas tropicais, provocam a diminuir o conforto térmico das residências, construídas em padrões não adequados as novas temperaturas. Populações mais favorecidas tendem a inserir no seu cotidiano o uso de elementos que atenuem a temperatura, ampliando o uso de energia necessária para promover o conforto ativo. Para populações mais pobres isso não é possível, considerando os elevados preços da oferta de energia elétrica.

Ainda que já se reconheça a incapacidade de nações conseguirem reverter o aquecimento global e caminharem cada vez mais para políticas de adaptação, ainda é necessário promover ações de mitigação na emissão de gases do efeito estufa. Estudos publicados pelo IPCC afirmam que 70% das emissões no mundo têm relação com a emissão de gás carbônico – CO² proveniente da queima de combustíveis fósseis, ocasionada na maioria por veículos e 30% relacionada a mudança do uso da terra (desmatamento e queimadas). No Brasil, o cenário é diferente, 70% das Emissões de CO² está relacionada a mudança do uso da terra e 30% a queima de combustíveis fósseis.

Dados do Painel Global pelo Clima atribuíram as cidades o maior impacto da emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE), pois o acelerado processo de urbanização contribuiu para o aumento do uso de combustíveis fósseis, principal fator no aumento das emissões e da alteração climática. Prefeituras têm papel elementar na construção de práticas locais a favor do clima e de colocar em prática essas ações.





Para tanto, é necessário compreender o perfil de emissões, ou seja, quais são as principais fontes e atividades que geram as emissões de GEE dentro das fronteiras geográficas, identificando se a origem é proveniente de emissões oriundas do desmatamento, do consumo de combustíveis fósseis, dos processos industriais, das atividades agropecuárias e/ou do tratamento de resíduos. Compreender a origem é o primeiro passo para a cidade planejar sua estratégia de enfrentamento à crise climática.

Em Macapá, a sistemática ocorrência de incêndios no período de estiagem reforça a necessidade de ações de monitoramento e de prevenção. Seja para evitar a ocorrência de queimadas e incêndios, como também o monitoramento da frota de veículos, em especial veículos de carga e de transporte coletivos, com frotas antigas que não se adequam a legislação atual.

Um outro elemento relacionado as mudanças climáticas que pode ter ações locais, tanto de mitigação quanto de adaptação é a produção de alimentos. A atividade, além de contribuir para a manutenção da população nos ambientes rurais, não impactando o aumento da população no ambiente urbano e contribui para a segurança alimentar e a redução de pessoas que passam fome. A relação direta da agricultura familiar e atendimento a população que passa fome é uma política pública federal que pode ser acessada pelos municípios através do PAA.

Uma outra questão que deve ser refletida em relação a área ambiental, diz respeito a função de licenciamento ambiental das atividades potencialmente poluidoras de baixo impacto. É importante promover a ampliação das competências atribuídas ao Órgão Municipal de Meio Ambiente, prevista RESOLUÇÃO COEMA Nº 06202 de maio de 2024, que dispõe sobre os procedimentos, critérios e competências de licenciamento ambiental e define os empreendimentos e/ou atividades potencialmente causadores de degradação ambiental de baixo impacto.

A assunção de competências atribuídas pela Resolução, amplia o acesso a regularidade, favorece a manutenção e abertura de novos negócios e amplia a capacidade de arrecadação do sistema para investimento em prevenção.





Para contribuir na gestão ambiental efetiva no Município de Macapá são propostas da COLIGAÇÃO MACAPÁ PARA TODOS NÓS:

1. **Apoiar** populações tradicionais e ribeirinhas afetadas pelas mudanças climáticas, com ações de mitigação e de adaptação;
2. **Recuperar** áreas degradadas com o apoio do Governo Estadual e do Governo Federal;
3. **Agilizar** os processos de licenciamento ambiental municipal e ampliar o número de atividades licenciadas ambientalmente pelo município;
4. **Implantar** lixeiras nos espaços públicos ampliado a limpeza da cidade e combater as lixeiras clandestinas;
5. **Promover** campanhas e ações que minimizem a produção de CO² no município;
6. **Promover** ações que apoiem a recuperação de mananciais e povoamento de rios no município, com apoio de organizações não governamentais e instituições públicas, estaduais e federais;
7. **Promover** a melhoria do conforto térmico na cidade e contribuir captura de CO² com o plantio de espécies nativas na arborização de ruas, praças e logradouros públicos;
8. **Apoiar** agricultores no georreferenciamento das propriedades ampliando o número de agricultores com regularização do Cadastro Ambiental Rural - CAR;
9. **Elaborar** plano para reversão de matriz energética nas estruturas públicas por fonte menos poluentes e iniciar implantação até 2026.
10. **Implantar** sistema de coleta de resíduos sólidos com pontos de coletas e implantação sistemática de coleta seletiva, recuperando a função do aterro sanitário.

ODSs ASSOCIADAS

ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima: tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.

ODS 14 – Vida na água: conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares, e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

ODS 15 – Vida terrestre: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade.

3 - DESENHO URBANO, SANEAMENTO E HABITAÇÃO



Macapá é capital do Estado do Amapá, fundada como Vila de Macapá em 04 de fevereiro de 1758, constituída como Capital do Território Federal do Amapá, posteriormente Estado do Amapá, em 13 de setembro de 1943. Macapá experimentou nos últimos 50 anos fatores que provocaram ciclos de crescimento, transformando-a em uma das cidades mais urbanizadas da Amazônia, o que mudou significativamente a sua configuração a partir do final dos anos oitenta.

Os ciclos de crescimento no Amapá, sempre estiveram ligados a ações propostas pelo poder estatal, na sua maioria das vezes vinculadas ao governo federal em modelos pensados para o desenvolvimento para Amazônia. Até o início dos anos de 1980 a população do Amapá era dividida em rural e urbana de forma quase similar. Após a transformação do Amapá em Estado, em 1988, e, a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - ALCMS em dezembro de 1991, a população do Amapá cresceu 61% em uma década.

Um novo surto de crescimento ocorreu na década seguinte, repetindo o vertiginoso aumento populacional com incremento de 60% de moradores. A maior parte deste aumento populacional se localizou na cidade de Macapá. Em 1980 Macapá contava com 140 mil habitantes e em 2000 já possuía uma população de 282 mil moradores. Na década seguinte o crescimento populacional começou a desacelerar, em 2010 Macapá contava com 398 mil pessoas residindo em seu território.

O crescimento acelerado em três décadas deixou a impressão de que crescimento se manteria nos anos seguintes. O Censo de 2022 confirmou que a tendência não permaneceria. A estimativa de crescimento previa uma população de 522 mil habitantes, o Censo confirmou 442 mil moradores, quase 100 mil a menos do previsto.





O crescimento sem precedente no espaço macapaense experimentado em 30 anos, apesar da desaceleração dos últimos 14 anos, deixou consequência para uma região com baixa capacidade de produção de riquezas, dependente durante mais de 40 anos do Governo Federal. A baixa capacidade do Governo Estadual, e, em especial do Governo Municipal de fazer frente aos graves problemas urbanos que surgiram, geraram problemas que necessitarão de algumas décadas para resolver.

Atualmente, segundo dados do IBGE, são considerados 26 Aglomerados Subnormais – AGSNs localizados em Macapá. O IBGE considera AGSNs e Núcleos Urbanos Informais – NUIs, “formas de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia (públicos ou privados) para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizadas por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas que apresentam restrições à ocupação”.

A precária situação de habitação no Estado, foi parcialmente solucionada com a entrega de residências para população de baixa renda na última década, tanto por parte do Governo Estadual como Municipal, em parceria com o Governo Federal. Entretanto, assim como nos novos conjuntos habitacionais como os novos bairros, a população dos espaços periféricos conta com poucos espaço de lazer e de práticas esportivas.

Desde 2011 já foram construídos mais de 10 mil imóveis em conjuntos habitacionais como o Macapaba, São José e Açucena, mas a quantidade de pessoas vivendo nas áreas alagadas cresceu, chegando ao déficit habitacional de 29 mil moradias no Amapá, segundo dados de 2024 do Levantamento da Fundação João Pinheiro (FJP), em parceria com o Ministério das Cidades.

Com base em dados de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estudo mostra que o Amapá lidera a lista de capitais com déficit habitacional, com 18% na região norte. Segundo o estudo, diferentes de algumas regiões onde a situação do déficit habitacional está relacionada a elevado preço de aluguéis e imóveis desocupados ou a coabitação, no Amapá, e consequentemente em Macapá, o déficit habitacional se relaciona a habitações inadequadas em espaços desestruturados.





A ausência de um planejamento ordenado da área urbana de Macapá em um período de acelerado crescimento populacional, gerou a desordem na ocupação da cidade (o último Plano Diretor realizado para Macapá, data de 2004). Áreas úmidas, espaço característicos da região amazônica, no Amapá denominado de ressacas, passaram a ser ocupadas de forma desordenada. Famílias que migraram para o Amapá de diferentes regiões do país e do interior do Amapá, passaram a morar em áreas sem nenhuma infraestrutura urbana e em edificações sem adequação necessária para configurar moradia digna e de qualidade.

Situação que permaneceu e se intensificou atualmente. Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, em pesquisa divulgada em 2024, referente ao ano-base de 2022, Macapá ocupa o segundo lugar no ranking das cidades com os piores índices de saneamento básico do país. O índice avalia cidades com mais de 100 mil habitantes e apresenta Macapá com apenas 8,05% de esgotamento sanitário, o que leva a população a utilizar como alternativas fossas, na maioria rudimentares e buracos.

O levantamento também apresenta Macapá com 54,38% da população tendo acesso à água potável. Os baixos indicadores de saneamento implicam no alto impacto de contaminação de mananciais dos lençóis freáticos de onde os demais moradores, sem acesso a água tratada, retiram água para seu consumo, por meio de poços rasos e cacimbas. Apesar da coleta de água realizada para o abastecimento da cidade ser feita a partir do Rio Amazonas na atualidade, há necessidade de preservar os mananciais subterrâneos, pois o acelerado processo de salinização do Rio Amazonas pode comprometer o abastecimento da cidade.

A Lei nº. 94/1998 passou a considerar como área de preservação permanente vegetação junto às ressacas, lagos, lagoas, reservatórios naturais e artificiais, nascentes e demais cursos d'água. A Lei nº. 0455/99, por sua vez, tombou as áreas de ressacas do estado do Amapá, sendo privilegiadas como áreas protegidas as ressacas localizadas no perímetro urbano. Estes dois instrumentos jurídicos estabeleceram condições legais para a atuação do estado, de forma a diminuir o impacto, na época já crescente, pela urbanização acentuada. Entretanto, a fragilidade das estruturas estatais não conseguiram mitigar os efeitos danoso a estes ambientes.





Em Macapá, estudo realizado pelo INSTITUTO DE PESQUISA DO AMAPÁ – IEPA identificou 17 áreas de ressacas: Açai, Canal do Jandiá, Chico Dias, Congós, Infraero I, Infraero II, Km 9, Lago da Vaca, Marabaixo, Nova Esperança, Novo Horizonte, Pacoval, Pantanal, Pedrinhas, Renascer, São Lázaro e Tacaca e 03 compartilhada com a cidade de Santana. O Estudo identifica ainda que a utilização das ressacas como espaço para moradias é a forma que mais causa impactos sociais e ambientais, ocasionada pela falta de planejamento urbano e pela explosão demográfica.

O aquecimento global, somado a ocupação desordenada das ressacas e áreas de várzea, tem cobrado a conta. Atualmente já é constante o alagamento na cidade de Macapá, em períodos chuvosos, causando transtorno aos moradores destas áreas, intensificando as situações de vulnerabilidade que já os afeta. A limpeza urbana ajuda a atenuar os alagamentos, porém nas áreas mais desestruturadas esta realidade, comum no centro não é existente. A ausência de regularidade em horários e dias, amplia a quantidade de lixeiras viciadas e a proliferação de animais peçonhentos.

A baixa capacidade do governo municipal de organizar o sistema de resíduos sólidos, ampliando a reciclagem e a reutilização de resíduos, aumenta o custo da coleta e do destino de reposição dos resíduos. Atualmente o Estado do Amapá está em tratativa como o BNDES, para implantação de um estudo para implantação de Parceria Público Privada-PPP para Projeto de Resíduos Sólidos Urbanos - RSU Amapá, somente Macapá não aderiu, dentre os 16 municípios do Amapá.





Para fortalecer o planejamento urbano, moradia e qualidade de vida para o Município de Macapá são proposta da COLIGAÇÃO MACAPÁ PARA TODOS NÓS:

1. **Ampliar** logradouros públicos destinados a práticas esportivas e espaço de lazer, em especial nos bairros periféricos e nos novos conjuntos habitacionais, além de requalificando os que se encontram deteriorados;
2. **Retomar** o planejamento do espaço com atualização dos instrumentos de gestão, como Plano Diretor; Plano de Mobilidade; Plano de Drenagem; Plano de Resíduos Sólidos; Plano de Habitação de Interesse Social; e, em conjunto com a CSA, revisar e atualizar os Planos de Água e Esgoto da cidade de Macapá. Todos construídos de forma participativa;
3. **Implantar** programa de regularização fundiária urbana, com condições diferenciadas para famílias em situação de vulnerabilidade, assegurando o melhor ordenamento da cidade e garantia de direitos;
4. **Implantar**, em conjunto com o Governo Federal e Estadual, programas de saneamento e habitação para comunidades dos distritos e da área rural de Macapá;
5. **Estruturar** o sistema habitacional municipal, ampliando a capacidade do Município atender com moradias dignas famílias em situação de vulnerabilidade social, seja com a implantação de novos conjuntos habitacionais ou com a requalificação da estrutura urbana e das habitações, em espaços já consolidados, onde não haja restrições legais;
6. **Fortalecer** parcerias com organizações privadas e de interesse social, na ampliação da oferta, recuperação e revitalização de moradias, com uso de recursos oriundos da economia circular, favorecendo o conforto térmico dos ambientes, como forma de adaptação aos efeitos climáticos extremos;
7. **Ampliar**, em parceria com o Governo Federal e Estadual, a oferta de serviços integrados nos conjuntos habitacionais existentes no município;
8. **Recuperar** os canais urbanos de Macapá e resolver em definitivo os problemas de alagamento na cidade;
9. **Promover** a coleta de materiais aptos a reciclagem, com implantação de pontos de coletas e implantação em bairros pilotos de coleta seletiva, favorecendo a reciclagem e reuso de materiais em parceria com organizações e empresas individuais que atuem com a economia criativa;
10. **Promover** a recuperação dos ramais assegurando a pavimentação dos principais ramais de acesso às áreas produtivas.

ODSs ASSOCIADAS

ODS 01 – Erradicação da pobreza: Eliminar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares;

ODS 06- Água Potável e Saneamento: Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos;

ODS 10 – Redução das desigualdades: Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países;

ODS 11 – Cidades e Comunidade Sustentáveis: Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis; e,

ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima: tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.



4 - ECONOMIA E CULTURA LOCAL, DINÂMICA, CRIATIVA E SUSTENTÁVEL

A cidade de Macapá foi fundada oficialmente em 4 de fevereiro de 1774, como parte do processo de ocupação do território brasileiro no período pombalino. Momento em que o governo português no sentido de assegurar ocupação do seu território passou a estabelecer cidades na Amazônia, em especial, ao longo do Rio Amazonas com a construção de fortificações e estruturas públicas. Momento em que foi construído a Fortaleza de Macapá e outras edificações.

A cidade passa por nova transformação com a implantação do Território Federal do Amapá em 13 de setembro de 1943, no Governo de Getúlio Vargas. A criação do Território do Amapá e dos 03 territórios na Amazônia, novamente veio amparada no sentido de proteção e ocupação da Amazônia em meio a segunda guerra mundial. Macapá passou a ser capital do Estado só em 1944, com a chegada do governador nomeado ao Amapá.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Amapá é elevado à categoria de Estado. A premissa que embasou a decisão, foi amparada na necessidade de desenvolver os estados com maior autonomia e capacidade de gestão local. Em 1987, um ano antes da transformação do Estado, o Amapá que contava com apenas 05 municípios, passou por um processo de separação dentro do seu território passando a ser composto por mais 04 municípios.

Em 1992 foram desmembrados novos territórios e criados mais 05 municípios, sendo o último criado em 1994, totalizando os 16 municípios que compõem a atual estrutura administrativa do Estado do Amapá.

Os três momentos de formatação do atual modelo de território que caracteriza o Estado do Amapá, estabeleceu a dinâmica de desenvolvimento econômico do Estado, e, por conseguinte, da sua capital, Macapá.





A estruturação baseada em modelos de gestão vinculados a governos centrais, deixou como marca uma forte dependência da economia a gestão estatal. Este modelo, que permanece até os dias atuais, onde 57% do PIB é gerado pela Administração Pública, com mais de 40% de servidores vinculados ao setor público. Em termos de atividade empresarial o Amapá só não perde para Roraima, somos um dos piores estados em números de empreendimentos do Brasil.

Uma das primeiras tentativas de alterar a realidade da dinâmica econômica do Estado do Amapá, foi a implantação da Área de Livre Comercio de Macapá e Santana - ALCMS, implantada em março de 1991, com regime fiscal especial para impulsionar a industrialização e o comércio local.

Entre os benefícios fiscais concedidos estão a isenção ou suspensão dos impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) e de Importação (II). O modelo proposto em durante um tempo criou uma dinâmica econômica vinculado à comercialização de manufaturados importados, mas que ao longo dos anos perdeu atratividade.

No Amapá, a maior participação da composição do PIB vem do setor terciário (comércio e serviço) mantendo uma média de participação de aproximadamente 80% na última década. Nos últimos anos, com o aumento da produção de grãos no Estado do Amapá, o setor primário passou a ser mais expressivo. Há um cenário favorável para o aumento da produção, com a ampliação da regularização fundiária e a descentralização de licenciamento ambiental do Estado para os Municípios.

Macapá por ser a capital do Estado e a cidade mais antiga, tem vinculada a sua estrutura a maior parte dos serviços estatais ofertados, o que contribui para ser a maior cidade em termos de população. Estas condições contribuem para o alto percentual de negócios focados na área de comércio e serviço. Com destaque, além do setor público, negócios da área de alimentos e comercialização de manufaturados, em especial de alimentos.





Macapá também começa a ser reconhecida como destino indutor de turismo, atividade ainda com baixo impacto na economia, mas que tem no setor de alimentos (restaurantes, bares e similares) um dos mais fortes destaques na oferta de vagas de trabalho. O setor também tem contribuído na ampliação de negócios, ocupando a 3ª posição entre as atividades com maior número de negócios em funcionamento em Macapá.

Das 46.120 empresas ativas no Estado, 31.976 estão localizadas em Macapá. A localização das atividades comerciais em Macapá está mais concentrada na região central. Das empresas ativas, 21% estão localizadas no Bairro Central e Santa Rita. Mas, há também um elevado número de empreendimentos localizados nos bairros de Infraero, Buritizal, Marabaixo, Jardim Marco Zero, Trem, Novo Horizonte, Novo Buritizal e Jardim Felicidade, com uma média de 04% de empresas localizadas por bairro. Os bairros com menor número de negócios são: Nova Esperança, Laguinho, Pedrinhas, São José e Infraero II, Coração, Renascer I, Curiaú e Loteamento Açaí, com menos de 01% de empresas em funcionamento.

Em relação ao porte empresarial, 09% das empresas são de médio e grande porte, com média de empregados entre 500 ou mais colaboradores. As 12% empresas de pequeno porte empregam entre 100 e 500 colaboradores. Das 79% microempresas, 40% são optantes do MEI e empregam entre 1 a 2 colaboradores.

Com faturamento de 50.000.000,00 e 10.000.000.000,00, as 20 maiores empresas estão vinculadas às atividades de Comércio de manufaturados ligados especialmente a área de alimentos, Veículos, Infraestrutura Urbana, Ensino, Combustível, Telecomunicações e Mineração. Chama atenção para o fato de 07 apenas são originárias do Estado e que das 20 empresas, 04 são do segmento de comércio de veículos.

No ano de 2024, 2.778 novas empresas até o início de julho, mantendo a média de abertura do ano de 2023, quando foram abertas 4.428 negócios. A análise dos CNAEs demonstra predominância de microempresas do ramo de comércio varejista ou serviços.

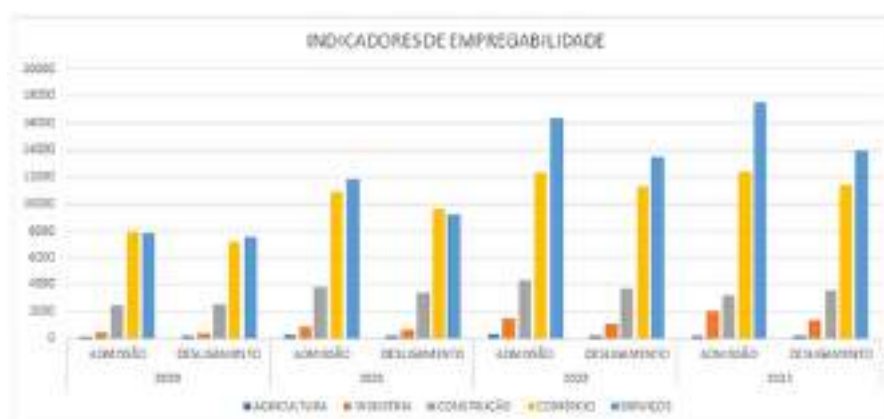




O número elevado de novas empresas, em especial de optantes pelo MEI, vem acompanhado de um dado preocupante, o Amapá lidera junto com o Amazonas o ranking de MEIs com pendências na Receita Federal. São 63,2%, enquanto no Brasil o índice é de 41,2%. O setor de comércio vem mantendo estabilidade no estoque de emprego, já o setor de serviços conta com uma ligeira melhora de contratação nos últimos dois anos. O setor da construção civil vem se recuperando lentamente mas sem grande alterações em número de empregos gerados. A recuperação do setor primário, ainda não demonstra reflexos significativos de empregos gerados na agricultura.

Em relação ao nível de emprego, Macapá vem mantendo a média dos anos de 2022 e 2023, contando com 20.978 admissões e 16.102 desligamentos, superando os anos do período pandêmico.

Gráfico 01- Indicadores de Empregabilidade Macapá (2020 -2023)



Fonte: CAGED (2024)

Nos últimos três anos, o número de empregos com carteira assinada na capital passou de 56.4 mil para 71.9 mil. Os novos 15.4 mil empregos formais representam um crescimento de 27% durante o período.





Um segmento que merece especial atenção no mercado de trabalho é o de jovens em Macapá. O Censo de 2022 identificou 120.673 jovens em Macapá. Destes, 9% dos jovens tem entre 15 a 17 anos, 51,8% dos jovens tem entre 18 a 24 anos, e, 39,19% tem entre 25 a 29 anos.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua – IBGE) de 2023 demonstra que no Amapá 21,6% dos jovens não trabalham nem estudam, 42, 4% só trabalham, 12,3 % estudam e trabalham e 23,8% só estudam. A pesquisa identificou que 20% abandonaram a escola antes de completar o ensino médio, 46% afirmam que o principal motivo para o abandono é a necessidade de trabalhar. Na comparação com outros anos a pesquisa demonstrou que nos últimos 12 anos a taxa de ocupação de jovens se mantém em torno de 40%, enquanto a taxa de ocupação na informalidade subiu de 48% para 62,8%.

A baixa qualificação e a falta de experiência dificultam a inserção no mercado de trabalho. Um elemento interessante é que a ausência de habitação para condução de veículos impacta na absorção destes jovens no mercado de trabalho. Também repercute negativamente a demonstração a pouca capacidade dos jovens demonstrarem habilidades e competências, que por muitas vezes não estão associados a experiência. Imprescindível estruturar espaço para oportunizar os jovens a descobrir e aprimorar seus talentos conectando-os com o mercado de trabalho.

Importante também implementar políticas públicas voltadas para a inovação e tecnologia pode ajudar a diversificar a economia local, criar empregos de maior valor agregado e posicionar Macapá como um hub de inovação na região amazônica. Inserir jovens talentos em uma dinâmica exitosa na área da inovação e atrair as empresas locais e regionais para encontrar soluções inovadoras, estimulará a implantação de um ambiente de negócios dinâmico na cidade.





Macapá possui recursos naturais abundantes e uma localização privilegiada, que podem ser aproveitados de forma sustentável para impulsionar o crescimento econômico. O desenvolvimento de setores como o ecoturismo, bioeconomia e energias renováveis pode criar novas oportunidades de emprego e renda, reforçando o potencial de desenvolvimento de soluções sustentáveis. O desenvolvimento de uma infraestrutura verde e sustentável não apenas melhora a qualidade de vida dos cidadãos, mas também criará um ambiente mais atrativo para investimentos e turismo, que também visa fomentar políticas de apoio ao empreendedorismo local, incentivando a criação de pequenos negócios, reduzindo a informalidade e projetando uma economia mais dinâmica e resiliente.

A economia criativa no município também tem forte presença na economia de Macapá. Fortalecer atividades culturais, agregada a calendários culturais favorece desenvolvimento do turismo e movimentação o cenário cultural. Fortalecer segmentos culturais para acessar recursos da Lei Audin Blanc e da Lei Paulo Gustavo, além de outras linhas de financiamento, amplia dinâmica dos movimentos culturais e de artistas locais, favorece a cultura criativa e amplia a oportunidade de desenvolvimento de um segmento que tem papel significativo na construção de identidade, senso de pertencimento e potencial de negócios.

A implementação de políticas públicas focadas em uma economia local dinâmica, criativa e sustentável é crucial para o futuro de Macapá. Essas políticas têm o potencial de diversificar a economia, gerar empregos de qualidade, promover a inovação e posicionar a cidade como um modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Neste aspecto, é importante também ampliar a capacidade produtiva da agricultura, com apoio a agricultores na regularização fundiária das suas propriedades e no fomento à produção agrícola, apoiando também a verticalização da produção e acesso a mercados institucionais e privados.

Ao aproveitar seus recursos naturais de forma responsável, investir em tecnologia e inovação, e fomentar o empreendedorismo local, Macapá pode superar seus desafios econômicos e criar um futuro próspero e sustentável para seus cidadãos.





Os dados acima refletem a necessidade contínua de avaliação e análise de cenários. Conhecer para não deixar ninguém para trás é premissa da COLIGAÇÃO MACAPÁ PARA TODOS NÓS que no sentido de dinamizar a economia local e ampliar as oportunidades de geração de trabalho e renda traz como proposta:

1. **Criar** um programa de incentivo ao empreendedorismo local, oferecendo microcrédito, capacitação e mentoria para pequenos empresários;
2. **Estabelecer** centro de inovação e tecnologia em Macapá, promovendo parcerias entre universidades, empresas e governo para desenvolver soluções tecnológicas voltadas para a sustentabilidade e biodiversidade amazônica;
3. **Criar** programa de apoio à acesso à editais voltados a economia criativa, focada nos movimentos culturais locais, na produção artística e no fortalecimento do segmento cultural;
4. **Fortalecer** negócios voltada à economia criativa, apoiando artistas locais e empreendedores nos setores de arte, cultura, design e tecnologia, com ênfase em projetos que valorizem a identidade cultural amazônica;
5. **Implantar** espaço destinado à qualificação e orientação ao mercado de trabalho para jovens, bem como espaço destinado à oferta de central de empregos em Macapá;
6. **Requalificar** ruas comerciais transformando em espaços atrativos para a população;
7. **Criar** circuitos de negócios, envolvendo todos os bairros, utilizando feiras e espaços públicos existentes para promover produtos e serviços locais;
8. **Criar** um programa de capacitação profissional focado em habilidades do século XXI e em setores estratégicos para o desenvolvimento sustentável de Macapá, como turismo ecológico, tecnologia verde e bio economia;
9. **Criar** um programa de fomento ao turismo sustentável em Macapá, valorizando a cultura local, a gastronomia amazônica e os atrativos naturais da região, com foco na geração de empregos e na preservação ambiental;
10. **Criar** programa de regularização fundiária e ambiental para produtores rurais, e estimular a verticalização da produção e acesso a mercados institucionais.

ODSs ASSOCIADAS

ODS 01 – Erradicação da pobreza: Eliminar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares;
ODS 08 – Emprego digno e crescimento econômico: Ampliar as oportunidades de trabalho e renda.;
ODS 09 – Indústria, inovação e infraestrutura: Fortalecer atividade industrial amparada na economia verde;
ODS 10 – Redução das desigualdades: Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países;
ODS 11 – Cidades e Comunidade Sustentáveis: Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis; e,
ODS 12 – Consumo e Produção Responsável: Promover a produção e o consumo consciente;
ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima: tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.



5 - EQUIDADE, JUSTIÇA SOCIAL E CULTURAL DE PAZ

A Constituição Federal de 1988 dedicou pouca atenção à segurança pública e, menos ainda, ao papel dos municípios nessa área das políticas públicas. Ainda assim, no art. 144 da Constituição Federal de 1988 foi atribuída aos municípios a criação de Guardas Civis, com o fim de proteger o patrimônio público municipal, garantindo o seu funcionamento e a sua utilização.

Por sua vez, o Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei nº 13.022/14) e o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP (Lei nº 13.675/18) avançaram na especificação da missão das Guardas Municipais.

O planejamento da prevenção à violência (mesmo se tratando de violência armada), a promoção da cultura de paz, o ordenamento territorial, a ação policial preventiva, a proteção às mulheres, público LGBTQIA+, a inclusão e defesa social dos públicos e áreas vulneráveis, são responsabilidades da gestão municipal.

Com a consolidação do Estado democrático, o conceito de segurança evoluiu para a preservação da integridade pessoal e política dos cidadãos e da sociedade, tornando-se um dos pilares da própria democracia e com o papel efetivo das prefeituras.

Da mesma forma que a definição de insegurança já não se limita aos homicídios e outras formas de violação da pessoa e da coletividade, a gestão das suas soluções também configura um campo multidisciplinar na administração estatal.

A insegurança e a violência são constituídas por dimensões econômicas, sociais e culturais influenciadas por fatores históricos, geográficos e políticos que se repetem e se reproduzem. Esses fatores se expressam por meio de comportamentos e valores que vão afetar diferentemente as condições de vida dos variados bairros e tipos de habitantes.





Cidades bonitas, limpas, saudáveis, movimentadas, bem cuidadas, iluminadas e alegres são cidades seguras. Cuidar dos espaços públicos, facilitar a convivência entre os moradores e priorizar pedestres, idosos, crianças e pessoas com deficiência são assuntos que podem ser tratados pelo planejamento municipal, com foco na prevenção da violência urbana. Diversos estudos realizados no Brasil e no exterior demonstram que o sentimento de insegurança da população depende muito mais das condições de uso e conservação dos espaços e serviços públicos do que da ocorrência criminal em si.

Casos como a cidade de Medellín (Colômbia) que se ressignificam e estabeleceram, a partir da municipalidade, um novo modo de agir nos espaços violentos, provaram que o município pode e deve ser o principal agente para estabelecer um padrão de cidade praticante da não violência e da cultura da paz. Cultura de paz, conforme definição da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1999, representa um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida de pessoas, grupos ou nações, baseados no respeito pleno à vida, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais.

Envolve um modo de agir e de se posicionar, baseado na prática da não violência, por meio da educação, do diálogo e da cooperação. O objetivo da ONU foi promover e discutir ideias sobre temas como tolerância, solidariedade, justiça social e respeito à diversidade para o desenvolvimento de sociedades mais inclusivas e pacíficas.

A análise de Macapá, considerada a 9ª cidade mais violenta do país, segundo Anuário da Segurança Pública (2024), com dados referentes a 2023, repetindo praticamente os mesmos dados de 2022, levanta a reflexão da necessidade de compreender os padrões de violência que se estabelece dentro do Estado do Amapá e em especial no Amapá. E quanto dessa violência está associada a desestruturação urbana e social vivenciada na cidade.

Macapá é a única capital entre as 10 cidades mais violentas do país, ocupava a 8ª posição no ranking de 2022. A cidade teve crescimento de 1,9% no total de Mortes Violentas Intencionais - MVI no último ano. Das 316 mortes, 166 foram registradas como homicídio doloso, 11 como latrocínio, 10 lesões corporais seguidas de morte e 129 mortes decorrentes de intervenção policial (40,8% do total).





É necessário refletir sobre os padrões de comportamento da sociedade e do estado que legitimam a violência praticada pelos agentes públicos. Macapá está entre as principais cidades em que mais a polícia matou, é a 3ª no ranking nacional. A análise do Anuário reflete como base para o constante aumento de mortes violentas em Macapá e no Estado do Amapá a guerra de facções e pela proporção de ocorrências das mortes decorrentes de intervenção policial.

O Anuário mantém os mesmos padrão de análise do estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, DINÂMICA DA VIOLÊNCIA DO AMAPÁ (2023) que demonstra, em pouco mais de uma década, o aumento expressivo na evolução da taxa de homicídios no Amapá, já bastante alta em 2010, com 38,8 homicídios por 100 mil habitantes, passando para 44,9 homicídios por 100 mil habitantes em 2020. Os dados demonstrados no estudo apontam que a maior incidência de homicídios associados ao tráfico e confrontos com a polícia ocorre no eixo Macapá-Santana, cidades da região metropolitana.

Segundo o Estudo do IPEA, no Amapá, as facções criminosas estão presentes nos estabelecimentos prisionais, disputando territórios na rua, sobretudo na capital e na região metropolitana, espaços onde existe a maior concentração de pessoas e o maior percentual de área urbanizada. O estudo estabelece ainda que as organizações que atuam no narcotráfico, tráfico de armas e contrabando utilizam rotas no Rio Amazonas, localizado na fronteira sudeste do Estado, ou mesmo meios de transporte rodoviário e aeródromos, para escoamento de drogas e produtos para o mercado consumidor internacional ou interno.

Para os autores do estudo, a desigualdade social, a miséria e a falta de oportunidades atraem adolescentes e jovens para o tráfico de drogas e prática de roubos. Várias notícias analisadas pelo estudo do IPEA sugerem que o combate ao tráfico de drogas concentra-se em bairros da capital, como Perpétuo Socorro, Cidade Nova, Jardim Marco Zero, Universidade, Congós, Buritizal, Macapaba, Jardim Felicidade Muca.

Chagas (2019), a partir de coleta de dados primários, identificou que o perfil da vítima dos crimes violentos letais é composto por menor de idade ou jovem, predominantemente do sexo masculino, de cor parda ou negra, com baixa escolaridade e residente em áreas periféricas. Chagas (2019), afirma que as vítimas de crimes violentos em Macapá são adolescentes e jovens, excluídos dos mercados formais de trabalho, e inseridos cada vez mais cedo no universo da criminalidade em busca de ascensão social, respeito e dinheiro.





Os diferentes aspectos abordados pelas diferentes publicações analisadas levam a refletir sobre a necessidade de se promover um processo de inclusão efetiva de jovens, em especial dos espaços periféricos. Incentivar movimentos e projetos focados em práticas esportivas como meio de inclusão, fortalece nos jovens a responsabilidade, o foco nas metas, melhora a condição física, integra e estabelece laços entre os participantes.

A pauta da segurança não pode mais ser negligenciada no debate sobre Macapá, sob pena de se perderem investimentos feitos em diversos setores, das áreas sociais à infraestrutura, e pela sensação generalizada de insegurança. Como ponto de partida para a implementação de uma Política Municipal de Segurança é necessário se promover o diagnóstico da insegurança urbana, possibilitando um Plano de Segurança que previne ou corrige a vulnerabilidade de grupos humanos e áreas da cidade.

As prefeituras, em conjunto com os outros entes públicos têm como pilar central da sua função prevenir e corrigir o livre espalhamento da desigualdade social no âmbito das cidades. O nível de violência é um dos mais importantes indicadores de qualidade de vida num país e numa cidade. A promoção da cultura de paz e o acesso à justiça são objetivos cristalizados na Agenda 2030, por meio do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16, a ser perseguido por todos os países, Estados e municípios até o ano de 2030.

Implementar políticas públicas que visam diminuir desigualdades, como investimentos em educação, saúde e programas de transferência de renda. Iniciativas como o programa Bolsa Família, políticas de ação afirmativa com cotas raciais e sociais, o estatuto da Igualdade Racial e a lei Maria da Penha são exemplos de esforços para promover a justiça social no Brasil. A justiça social está intrinsecamente ligada aos direitos humanos, com a dignidade humana sendo um componente político universal que fundamenta a luta pela universalização dos direitos humanos e pela redução das desigualdades.





É imprescindível estabelecer diálogo entre a comunidade e os setores de segurança, efetivando a participação efetiva por meio de espaços públicos. Há necessidade do município se posicionar a respeito de qualquer ato de violência contra um direito humano de pessoas e/ou grupos. São exemplos de violações de direitos humanos: violência física, psicológica, sexual, patrimonial, trabalho análogo à escravidão, LGBTfobia, tortura, intolerância religiosa, discriminação em relação à raça e gênero, entre outras.

Uma forma de promover diminuição da violência e ampliar a cultura da paz, pode ser efetivado por implementação de centro comunitários de mediação de conflitos em todos os bairros, oferecendo serviços gratuitos de mediação e conciliação para resolver disputas locais de forma pacífica e eficiente promovendo o engajamento comunitário. Também é relevante promover espaços destinados à convivência de jovens para ampliar a participação e engajamento, o respeito à diversidade e a geração de oportunidades. A escola também pode ser um elemento importante no combate a violência, em especial a de gênero. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabeleceu a inserção de conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.

A premissa da compreensão do fenômeno na violência em Macapá, estabelece a necessidade de implantar estruturas tecnológicas que apontem em tempo real, diagnóstico das faces das violências e sua relação com o território. Promover a estruturação do sistema de segurança municipal com a implantação de um policiamento preventivo, implantação de câmaras de monitoramento e central de controle, possibilitará a aplicação de um combate efetivo a violência.

O avanço da tecnologia desempenha um papel crucial na transformação das cidades em ambientes mais sustentáveis e inteligentes. A implementação de sensores urbanos e sistemas de gerenciamento de dados permite monitorar e otimizar o uso de recursos





Para fortalecer a justiça social, a promoção da diversidade e a cultura da paz em Macapá são proposta da Coligação Macapá Para Todos Nós:

1. **Implantar** espaços de mediação de conflitos focado na prevenção da violência, na resolução de conflitos e no fortalecimento da promoção de uma cultura de paz;
2. **Criar** espaços de convivência para a comunidade destinados à promoção do lazer, da cultura, do esporte e da qualificação profissional, além de apoiar projetos que fortaleçam as práticas esportivas e a inclusão por meio do esporte;
3. **Resgatar** conselhos de segurança comunitária em cada bairro, promovendo a integração entre moradores e forças de segurança para criar estratégias locais de prevenção ao crime;
4. **Implantar** a Patrulha Maria da Penha Municipal;
5. **Criar** a Secretaria de Segurança Pública Municipal com a função de integrar as forças de segurança locais e gerenciar o Gabinete de Gestão Integrada Municipal; a elaboração do mapa da insegurança de Macapá e o Plano de Segurança Municipal ;
6. **Implantar** Central de Videomonitoramento, identificando pontos de riscos na cidade e monitorando em tempo real ocorrência de crimes e delitos;
7. **Fortalecer** a estrutura da guarda municipal com aquisição de equipamentos, treinamentos, estruturas físicas adequadas e aumento do efetivo, com novo concurso público;
8. **Integrar** ações da segurança municipal com a segurança civil e militar do Estado;
9. **Ampliar** a iluminação pública com lâmpadas de LED, aumentando a luminescência nas vias e logradouros públicos e contribuindo para o aumento da segurança nas vias da cidade;
10. **Realizar** campanhas públicas, em parceria com o poder executivo e judiciário para sensibilizar a população sobre a importância da não violência e do respeito mútuo.

ODSs ASSOCIADAS

ODS 01 – Erradicação da pobreza: Eliminar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares;

ODS 10 – Redução das desigualdades: Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países;

ODS 11 – Cidades e Comunidade Sustentáveis: Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis;

ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Fortes: Tornar as cidades e comunidades mais pacíficas.



6 - GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E EQUILÍBRIO FISCAL

O estado democrático de direito vigente no Brasil, tem amparo em um modelo construído na Constituição Federal de 1988, e suas diretrizes são fundamentadas em gestão baseada no conceito de coalizão de forças políticas, na maior inserção do Estado na economia e em políticas públicas que promovam o bem-estar social (welfare-state). Ainda que seja considerada uma das constituições mais cidadãs, a fragilidade na tomada de decisões na alocação de recursos é perceptiva e se torna mais preeminente nas pequenas e médias cidades, ampliando a necessidade de gestores alocar recursos de forma estratégica.

Em regiões periféricas como Macapá, com alto nível de empobrecimento da população, onde mais de 30% da população depende das transferências de renda e é considerado um dos 10 municípios mais violentos do país, a decisão de agendas voltadas às necessidades reais se tornam mais evidentes. A coalização de forças locais que predominam em pequenos e médios municípios com populações empobrecidas, reforça o círculo vicioso que tende a enfraquecer a emancipação da população e o acesso à cidadania plena, cada vez mais reforçando a inserção de grupos políticos que defendem interesses distintos da maioria. Interesses estes em geral, vinculados a subsídios que tendem a limitar progressivamente a capacidade de atuação estatal.

A premissa de que recursos públicos são alocados considerando as coalizões de forças políticas que se aglutinam no parlamento, ganha contornos mais definidos ao se analisar a fragilidade das instituições existentes, em especial as públicas em governos subnacionais e locais. Estudos do Banco Mundial (BIRD), The Role of Institutions in Growth and Development, realizado em parceria com agências internacionais de desenvolvimento como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e o Department for International Development (DFID), constatou em análise a várias economias desenvolvidas ou em desenvolvimento, que os países que mais se destacam são os que têm instituições mais consolidadas.





Neste ambiente, com forças políticas vinculadas a instituições públicas e capacidade de arrecadação limitada do Estado, o estabelecimento de consenso é elemento fundamental para a construção de um desenvolvimento sólido pautado em demandas reais e com efetiva aplicação de recursos. Um termo que ao longo da última década foi usado para se estabelecer o espaço de consenso, passou a ser um verbete utilizado em estudos de políticas públicas e atuação do estado, tanto quanto "instituição", foi "governança".

A concepção e usos da governança em análise do papel do estado e de políticas públicas, passou por várias ondas focadas nas capacidades: a) do estado, reflexo das mudanças no governo e na gestão pública, onde a insuficiência de quadros técnicos qualificados, perda de capacidade política, insuficiência de recursos, a decisão de compartilhar a resolução de problemas e a prestação de serviços públicos em cooperação com atores sociais, além de governos regionais e locais, exigiam do Estado capacidade de negociação; e, b) da sociedade, embora seja consenso na percepção de uma sociedade heterogênea e fragmentada, também se percebe a capacidade de grupos de interesse unirem forças em redes ou outros mecanismos.

O termo governança implica, segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, desde então é definido em quatro princípios básicos: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Especificamente no que se refere ao setor público, a crise fiscal dos anos 1980 exigiu novo arranjo econômico e político internacional, com a intenção de tornar o Estado mais eficiente. Esse contexto propiciou discutir a governança na esfera pública e resultou no estabelecimento dos princípios básicos que norteiam as boas práticas de governança nas organizações públicas: transparência, integridade e prestação de contas. Governança no setor público refere-se, portanto, aos mecanismos de avaliação, direção e monitoramento; e às interações entre estruturas, processos e tradições, as quais determinam como cidadãos e outras partes interessadas são ouvidos, como as decisões são tomadas e como o poder e as responsabilidades são exercidos.





O sistema de governança reflete a maneira como diversos atores se organizam, interagem e procedem para obter boa governança. Envolve, portanto, as estruturas administrativas (instâncias), os processos de trabalho, os instrumentos (ferramentas, documentos etc), o fluxo de informações e o comportamento de pessoas envolvidas direta, ou indiretamente, na avaliação, no direcionamento e no monitoramento da organização. Os mecanismos legais que validaram ao longo dos anos a aplicação dos conceitos de governança, passam pela transparência e controle social. Instituições públicas onde estes dois mecanismos não são efetivos, tendem a ter seus processos fragilizados e favorecem ambientes corruptos e sem sustentabilidade.

O Portal da Transparência, mecanismo implementado pelo órgão de controle do país, é importante ferramenta para acompanhar a efetividade das políticas públicas e aplicação de recursos. Com apenas 31/100 pontos e ocupando a última posição do ranking entre as capitais brasileiras analisadas, a capital do Amapá foi classificada em 2024 com uma pontuação considerada "Ruim". O ranking aponta como um dos indicadores mais preocupantes o controle da corrupção e a promoção da integridade.

A capital não pontuou em nenhum indicador da dimensão de Obras Públicas. Dados e informações incompletas foram encontradas sobre salários dos servidores, receitas, despesas e licitações. A capital pode aprimorar seus níveis de transparência ao investir na abertura de dados de áreas com altos riscos de corrupção, como obras públicas, incentivos fiscais e emendas parlamentares. Outro ponto de atenção é o baixo investimento em iniciativas de participação e engajamento dos cidadãos.

Ausência de informações da Prefeitura Municipal de Macapá, comprometem a avaliação da real situação fiscal do município. A política fiscal é um conjunto de medidas através das quais o governo arrecada receitas e realiza despesas de modo a cumprir três funções: a estabilização macroeconômica, a redistribuição da renda e a alocação de recursos. A administração governamental tem o dever de perseguir a sustentabilidade e a transparência das contas públicas, buscando o equilíbrio entre receitas e despesas, para que seja possível alocar os recursos da população da melhor forma.





Segundo o portal da transparência do Tesouro Nacional, com dados referentes a 2023, a Prefeitura Municipal de Macapá – PMM tem 49,12% de comprometimento da receita com pessoal, em zona considerada limite de alerta, que varia entre 49% e 51%. Contratações realizadas em 2024 podem ter ampliado a margem de capacidade de pagamento do município.

Editais de contratos simplificados realizados ao longo de 2024 para contratos de pessoal, demonstram a ampliação da relação entre servidores efetivos e temporários. Não há dados disponíveis para avaliar o percentual de servidores públicos efetivos. Nos últimos 08 anos foram realizados concursos na área de saúde, educação e Assistência, todos já prescritos. Instituições fortalecidas têm como premissa a continuidade da prestação de serviços, estruturas com seu arcabouço legal definido, clareza nos seus fluxos de processos, mas especialmente, plano de carreiras bem estruturados e corpo técnico qualificado.

É importante ainda assegurar os benefícios devidos estabelecidos em lei como gratificações e progressões. Para os novos contratados no último concurso, não houve o acompanhamento devido das avaliações no processo de conclusão do estágio probatório, embora o período estipulado por lei já tenha sido ultrapassado.

Áreas como o setor de segurança, especialmente o de trânsito, encontra-se com equipes insuficientes para atender de forma adequada as demandas da população. Importante ainda destacar a insuficiência de pessoal qualificação nas áreas de controle e judicial, além de equipes técnicas focadas em planejamento.

Nas diferentes áreas percebeu-se ainda a necessidade de aprimoramento do serviço público. Assim, é importante assegurar a implantação de espaço de formação focado no servidor, estimulando o treinamento e desenvolvimento de equipes.





Para a capacidade de gestão e o controle e transparência efetiva da gestão pública municipal são proposta da Coligação Macapá Para Todos Nós:

1. **Realizar** concurso público para a Prefeitura Municipal de Macapá, priorizando as áreas mais necessárias;
2. **Garantir** o pagamento dos direitos legais dos servidores municipais;
3. **Implantar** escola de formação para servidores públicos municipais;
4. **Garantir** a transparência da Prefeitura Municipal de Macapá;
5. **Garantir** a efetivação do Governo Digital na Prefeitura Municipal de Macapá;
6. **Ampliar** o índice de transparência da Prefeitura Municipal de Macapá, como forma de garantir o combate à corrupção;
7. **Implantar** Sistema Geoespacializado para promover o gerenciamento adequado do espaço urbano e promover o monitoramento de políticas públicas;
8. **Fortalecer** os Conselhos de Políticas Públicas assegurando a participação efetiva;
9. **Promover** o equilíbrio fiscal das contas públicas;
10. **Implantar** espaço concentrado dos serviços municipais nas principais áreas de Macapá;

ODSs ASSOCIADAS

ODS 08 – Emprego digno e crescimento econômico: Ampliar as oportunidades de trabalho e renda.;

ODS 11 – Cidades e Comunidade Sustentáveis: Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis;

ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Fortes: Tornar as cidades e comunidades mais pacíficas.



7 - INCLUSÃO SOCIAL E ACESSO A DIREITOS

O direito à saúde, assistência e previdência foram garantidos na Constituição Federal de 1988, definido no Art. 193 que "a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais" e pelo Art. 194, que estabelece que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Decorrente disso foram criadas leis que asseguram os dispositivos constitucionais, dentre esses:

- 1.A LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social, lei nº 8.742 criada em 07 de dezembro de 1993, que cria uma matriz para a Política de Assistência Social, inserindo-a no sistema do bem-estar social brasileiro como campo de Seguridade Social, integrando o tripé, saúde, assistência e previdência social.
- 2.O Sistema Único de Assistência Social- SUAS aprovado pelo CNAS em 15 de julho de 2005, que se configura como o novo reordenamento da Política de Assistência Social na perspectiva de promover maior efetividade de suas ações, aumentando sua cobertura, propondo a organização da Política de Assistência Social por tipo de proteção, denominadas de básica e especial, e conforme a natureza da proteção e por níveis de complexidades do atendimento;
- 3.A lei nº12. 435 sancionada em 06 de julho de 2011, institui o SUAS e garante a efetivação dos dispositivos previstos na CF de 1988.

A LOAS estabeleceu ser "A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas".





Tendo como princípios: I- Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V - Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

A Norma Operacional Básica do Sistema de Assistência Social, por sua vez busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange a responsabilidade política, objetivando tornar clara suas diretrizes e efetivação da Assistência Social como direito a cidadania e responsabilidade do Estado.

Cumprindo o disposto na LOAS, capítulo II, artigo 4º, "a Assistência Social, rege-se pelos seguintes princípios: supremacia, universalização dos direitos sociais, respeito a dignidade do cidadão, igualdade de direitos e divulgação ampla dos benefícios". Dessa forma todo cidadão brasileiro tem os mesmos direitos perante a lei, obtendo as mesmas condições de igualdade de atendimento não podendo ocorrer nenhuma discriminação, com responsabilidade do poder público a divulgação dos programas, projetos, serviços e benefícios.

A organização nos municípios ocorre para assegurar a implantação, execução e gestão da PNAS/SUAS, dentre outras providências deve assegurar a estruturação dos serviços, dotando-os de condições operacionais como: recursos humanos, instalações físicas suficientes e adequadas; veículos para realização de visitas domiciliares e institucionais, linha telefônica; computador, impressora e demais equipamentos e materiais de custeio

Para a garantia da qualidade dos serviços prestados é fundamental o planejamento da implantação e do funcionamento do serviço. No SUAS os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social são reorganizados por níveis de proteção, designadas como básica e especial.





A Proteção Básica está voltada à prevenção de situações de riscos pessoais e sociais, fortalecendo a potencialidade das famílias e dos indivíduos, destina-se a população em vulnerabilidade social decorrente de pobreza ou nula acesso a serviços públicos e/ou fragilização dos vínculos afetivos. Nesse nível de proteção temos os Centros de Referência de Assistência Social. (CRAS), são unidades estatais responsáveis por serviços continuados de proteção às famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Todo CRAS obrigatoriamente tem que executar o PAIF (Serviço de Proteção Integral à Família), seu objetivo é a construção de ações socioassistenciais continuadas destinadas às famílias em situação de vulnerabilidade social, que garantam a convivência familiar e comunitária.

A oferta de serviço no CRAS deve ser baseada no conhecimento do território e das famílias que nele vivem suas potencialidades e necessidades. A formação mínima de equipe para atendimento além da área administrativa deve contar com equipe qualificada de psicólogo e assistente social.

Macapá conta com uma configuração territorial de 4 zonas urbanas e 3 distritos e 20 Comunidades Quilombolas:

- Zona Central que abrange os 12 bairro – Araxá, Beírol Buritizal, Central Jesus de Nazaré, Cidade Nova, Laguinho, Perpétuo Socorro, Pacoval, Santa Inês, Santa Rita e Trem;
- Zona Sul que abrange 14 bairros – Bioparque, Chefe Clodoaldo, Fazendinha, Congós, Igarapé da Fortaleza; Jardim Marco Zero; Universidade, Jardim Equatorial, Murici, Muca, Novo Buritizal; Pedrinhas, Vale Verde, e, Zerão;
- Zona Norte contemplando 23 bairro – Açai, Boné Azul, Buritis, Amazonas, Brasil Novo, Jardim Felicidade I, Jardim Felicidade II, Jardim das Acácias, Ilha Mirim, Ipé, Infraero I, Infraero II, Lago da Vaca, Km 9, Macapaba, Morada das Palmeiras, Novo Horizonte, Pantanal, Palácio das Águas, Parque Aeroportuário, Renascer, Sol Nascente, e, São Lázaro;





- Zona Oeste contemplando 14 bairros: Alvorada, Bella Ville, Cajari, Cabralzinho, Coração, Goiabal, Lagoa Azul, Jardim América, Marabaixo I, Marabaixo II, Marabaixo III, Nova Esperança, Parque dos Jardins, São José.
- Distritos do Bailique;
- Distrito Carapanatuba;
- Distrito de São Joaquim do Pacuí;
- Quilombo do Curiaú; Quilombo Conceição do Macacoari; Quilombo do Mel da Pedreira; Quilombo São José do Mata Fome; Quilombo Rosa; Quilombo Lago do Papagaio; Quilombo Santo Antônio do Matapi; Quilombo Santo Antônio da Pedreira; Quilombo Santa Luzia do Maruanum I; Quilombo do Rio Pescado; Quilombo Ressaca da Pedreira; Quilombo Porto do Abacate; Quilombo Lagoa dos Índios; Quilombo Ilha Redonda; Quilombo Curralinho; Quilombo Carmo do Maruanum; Quilombo Campina Grande; Quilombo Ambé; Quilombo Abacate da Pedreira; Quilombo São José; Quilombo São Miguel do Macacoari.

Macapá possui em seu território 07 CRAS destinados a atender a população do Município, todos localizados no perímetro urbano. A configuração territorial dos CRAS em Macapá, ainda que contemple as normas previstas no SUAS, não dá conta de assegurar o cumprimento dos princípios básicos das legislações vigentes referente a acesso, em especial das populações moradoras nos Distritos e Comunidades Quilombolas, algumas em áreas acessíveis somente por transporte fluvial.

A indicação das áreas de abrangência também não é compatível com as novas classificações dos Bairros de Macapá, atualizada em 2021. Na análise das novas configurações de bairros e tendo como estimativa a população por região, distritos e comunidades rurais, com base nos dados do CENSO de 2022 percebe-se a necessidade de ampliação do número de CRAS em Macapá. Considerando as novas configurações de ocupação do território e de população apontada pelo CENSO, há uma estimativa da necessidade de pelo menos 5 novos CRAS no município.





Em relação à Proteção Social Especializada ofertadas em Centro Especializado de Assistência Social - CREAS, também uma unidade estatal de responsabilidade dos municípios, que oferecendo serviço especializado a indivíduos e família com seus direitos violados, envolvendo um conjunto de profissionais e processos que dão apoio e acompanhamento, trabalhando ainda com a Referência e Contrarreferência, de usuário para um melhor atendimento.

O atendimento ocorre quando os usuários da assistência se encontram com seus direitos violados, constatadas situações de negligência e abandono, ameaça e maus tratos, violações físicas e psíquicas e discriminações sociais. A formação mínima de equipe para atendimento além da área administrativa deve contar com equipe qualificada de psicólogo, assistente social, Educadores Sociais e Advogado.

Em Macapá, atualmente há 5 espaços especializados, sendo: 02 CREAS; 01 Centro de Atendimento a Pessoas em Situação de Rua; 01 Casa Abrigo para Jovens; e, 01 Central de Cadastro Único. Para contemplar uma inserção real e acesso a atendimentos mais especializados em Macapá, considerando a regionalização e população existente. Entende-se ser necessário implantar novos CREAS e centros de acolhimento.

O Censo de 2022 realizado pelo IBGE apresentou Macapá com uma população de 442.933 habitantes, quase 100 mil a menos que a estimativa prevista. O crescimento acelerado nas últimas três décadas anteriores, com uma média de 60%, levaram a expectativas erradas em relação a população, que nos últimos 12 anos teve um crescimento de 11,23%, mais baixo que o estimado, mas ainda assim, superior ao do Estado que foi de 9,56% e do Brasil que foi de 6,45%. Ainda não foram disponibilizados pelo IBGE a população dos bairros e das áreas rurais.

O CENSO de 2010 apresentava Macapá com aproximadamente 95% da população vivendo no espaço urbano. Não há expectativa que os números após divulgados, referentes ao CENSO 2022, sejam diferentes.





Ainda assim, o número da população residente, com base nos dados anteriores, leva a percepção de que em torno de 80 mil pessoas morem nas áreas rurais (Distritos e Comunidades Quilombolas), superior a maior parte dos municípios, só perdendo para o segundo município do Amapá, Santana.

Macapá possui hoje 111.610 famílias inscritas no Cadastro Único, sendo que 62.663 (56%) destas famílias são identificadas como perfil de pobreza e 19.919 (18%) no perfil de baixa renda. Quando se fala em indivíduos/pessoas os números são de 268.652 pessoas inscritas, mas de 50% da população do município, sendo 168.955 (63%) em perfil pobreza e 48.037 (18%) perfil baixa renda, dos quais 56,97 % são mulheres e 43,03 % são do sexo masculino.

O

Destas, 61.938 famílias são beneficiárias em Macapá do Programa Bolsa Família, com composição de 177.808 pessoas que recebem um benefício médio de R\$719,19. A situação ganha contornos mais críticos com o risco iminente da perda do benefício a estas famílias, com bloqueio ou cancelamento, em decorrência do não acompanhamento de procedimentos de Averiguação e Revisão 2024. A perda dos benefícios eminentes pode agravar ainda mais a situação de famílias em vulnerabilidade em Macapá.

Com base nos dados disponíveis no CAD Único é possível afirmar que Macapá deixou de realizar tanto os acompanhamentos das famílias em vulnerabilidades diversas, como também, não conseguiu fazer o acompanhamento familiar para atualização dos sistemas de dados do CAD Único, deixando assim de receber mais de meio milhão de reais em recursos federais através do Programa de Qualificação do Cadastro Único no SUAS – PROCADSUAS. Além dos recursos não recebidos pelo não acompanhamento das famílias, o município teve ainda que arcar com as despesas da folha de pagamento da equipe contratada para as visitas familiares, retirando recursos financeiros de outras atividades.





O CAD Único, ferramenta financiada pelo Governo Federal, ao longo dos anos vem se aprimorando e permite a garantia da qualidade do cadastro de beneficiários. Segundo dados do CAD Único recebem benefícios do Bolsa Família em Macapá cerca de 38% da população. A ausência de atualização de cadastro, a baixa capacidade de efetivar a busca ativa, a dificuldade de acesso aos CRAS localizado longe dos espaços onde realmente há pessoas em situação de vulnerabilidade, contribui para a invisibilidade de quem precisa acessar os benefícios básicos da Assistência Social.

A Política de Assistência foi pensada para ser o elo entre as políticas públicas e o ponto de partida para o acesso aos direitos vinculados ao bem-estar social. O Bolsa Família, como principal instrumento de combate a extrema pobreza da política, se propõe a trabalhar em três dimensões: a primeira relacionada ao alívio imediato da pobreza por meio da transferência de renda; a segunda dimensão refere-se ao cumprimento das condicionantes de permanência integrando política pública de saúde e educação à assistência, como forma de romper o ciclo da pobreza; e, a terceira garantindo o acesso à cidadania plena, e emancipação e a autonomia.

Neste sentido, o CRAS deveria ser o espaço que retiraria pessoas em vulnerabilidade social da invisibilidade, sendo a porta de entrada do acesso às diferentes políticas preconizadas no SUAS. Mas deveria ser também, além de um espaço de acolhimento no pior momento do usuário, um espaço que oferecesse serviços de fortalecimento de vínculo com a comunidade. Por sua vez os Espaços Especializados seriam a complementação deste atendimento.





Para dar conta de assegurar o acesso ao alívio imediato da pobreza e autonomia dos indivíduos em vulnerabilidade social de superação do ciclo de pobreza são propostas da Coligação Macapá Para Todos Nós:

1. **Integrar** as ações do Sistema Único de Assistência Social – SUAS às demais políticas públicas setoriais e sistemas relacionados à garantia de direitos, buscando romper com a fragmentação dos atendimentos prestados à população.
2. **Criar** Programa ACOLHER MACAPÁ como objetivo a redução das desigualdades sociais, superação da extrema pobreza. Levando a Assistência Social, com toda a carta de serviços a todas as comunidades que necessitam;
3. **Ampliar** e adequar a composição de equipes de trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, conforme preconiza a NOB RH/SUAS.
4. **Instituir** Agenda Permanente de Formação e Capacitação Continuada para os trabalhadores e trabalhadoras do SUAS com foco na centralidade da Política de Assistência Social.
5. **Aumentar** o número de unidades CRAS e CREAS, reorganizando os serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, implantando-os nos territórios com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, garantindo a universalização dos direitos socioassistenciais e acesso igualitário às populações urbanas e rurais.
6. **Implantar** a Secretaria de Segurança Alimentar municipal e o Programa MACAPÁ SEM FOME, focado na eliminação da fome em Macapá;
7. Fortalecer a atuação junto a população idosa criando Casa de Passagem para Idoso e Centro Dia para Idoso,
8. **Ampliar** a cobertura de serviços e benefícios socioassistenciais para garantir seu caráter universal a quem deles necessitar e as provisões socioassistenciais, estabelecendo parceria entre as três esferas governamentais e as organizações de assistência social não governamental para fortalecer a rede prestadora de Serviços Socioassistenciais.
9. **Implementar** a política de Direitos Humanos, qualificando o atendimento a segmentos como: migrante, mulher, pessoa idosa, pessoa com deficiência, povos e comunidades tradicionais, dentre outros.
10. **Aperfeiçoar** e ampliar, no âmbito do SUAS, os serviços destinados às pessoas com deficiência e suas famílias, expandindo a convivência comunitária e as relações sociais necessárias ao exercício da cidadania, implantando o Programa Viver Sem Limites em Macapá;

ODSs ASSOCIADAS

ODS 01 – Erradicação da pobreza: Garantir acesso a serviços básicos;

ODS 03 – Boa saúde e bem-estar: mortalidade materno infantil;

ODS 10 – Redução das desigualdades: Reduzir as desigualdades no interior dos países;

ODS 11 – Cidades e Comunidade Sustentáveis: Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas e acessíveis.



8 - MELHOR MOBILIDADE, MENOS TRÁFEGO

Um dos fatores que mais afetam a vida das pessoas no mundo contemporâneo é o deslocamento. Na atualidade, apesar dos avanços das tecnologias que facilitam a vida, onde, na comodidade do lar podemos usufruir de lazer, cultura e alimentos de qualidade sem sair de casa, é nas ruas que a vida segue em um ritmo frenético. O deslocamento, seja para trabalho, lazer ou saúde é feito pelas vias públicas.

Mobilidade urbana é o conceito envolvido por trás do deslocamento de pessoas e mercadorias dentro do tecido urbano e se relaciona com o direito efetivo de usufruir do espaço urbano. Para uma cidade acessível e democrática é necessário que todos, sem qualquer restrição, consigam trafegar sem grandes dificuldades, além da garantia da qualidade do ir e vir permitindo aos seus cidadãos desfrutar de todos os espaços em todos os momentos.

No Brasil, o direito à cidade está descrito no Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257 /2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da CF de 1988, referente à organização da política urbana. O Estatuto dispõe sobre o direito a cidades sustentáveis, considerado um direito difuso e coletivo, de natureza indivisível, de que são titulares todos os habitantes da cidade, das gerações presentes e futuras.

Do ponto de vista social, econômico e ambiental, uma mobilidade urbana sustentável deve priorizar meios de transportes ativos (ciclismo e caminhada) e meios coletivos que reduzam tempos e custos de deslocamento; aumentem a segurança viária; e, minimizem o impacto ambiental. As definições de mobilidade urbana retratam o caráter sistemático e dinâmico de assuntos como o trânsito, o transporte coletivo, a logística de distribuição das mercadorias, a construção da infraestrutura viária, a gestão de calçadas e demais temáticas correlatas aos deslocamentos urbanos.





A base jurídica deste conceito que atribuem a governos, em todas as suas esferas, está contida, além do Estatuto da Cidade, no Plano Diretor, na Política Nacional de Mobilidade Urbana e nos Planos Municipais de Mobilidade Urbana.

A Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana, estabeleceu a competência dos municípios acima de 20 mil habitantes de elaborarem planos de mobilidade integrados ao plano diretor municipal. Um aspecto interessante da lei é que ela estabelece a integração da política de mobilidade urbana com a de habitação, saneamento básico, planejamento e do uso do solo.

A lei também estabeleceu que a responsabilidade da mobilidade deve ser dividida entre a união, que tem como objetivo fomentar a implementação de novos projetos, os estados que são responsáveis pela interação e gerir os aglomerados urbanos fornecendo serviços públicos e coletivos, e, por fim, os municípios que devem executar e planejar serviços de mobilidade para a população.

A Lei nº 12.587 também estabelece a prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado.

Posterior a lei convencionou-se a utilização da pirâmide da mobilidade urbana que leva em consideração sobretudo, os níveis de prioridade de circulação nas cidades. Neste sentido, de acordo com a pirâmide deveria ser dada preferência ao deslocamento do pedestre, dentre eles pessoas com baixa mobilidade ou visão e pessoas com deficiência física, entre eles cadeirantes e pessoas com deficiência visual.

Na sequência da prioridade, ainda seguindo o conceito previsto na lei relacionado a transportes não motorizados, a prioridade de circulação nas vias deveria ser dos ciclistas, tanto para os que usam a bicicleta para o lazer ou como meio de transporte. A lei estabelece que em relação aos motorizados os veículos coletivos, de pessoas e posteriormente o de carga, deveriam ser priorizados em relação aos meios de transportes individuais.





Apesar da proposição da Lei nº 12.587, em Macapá, a expectativa não se configurou. A ausência de investimentos em transporte coletivo, a baixa qualidade das calçadas nas áreas urbanas e a quase ausência de ciclovias ou ciclofaixa, ampliou nos últimos 10 anos o uso de transportes individuais. Somando-se a isso a regulamentação de mototáxis e a inserção de serviços por aplicativo, praticamente duplicaram a circulação de veículos nas cidades. Em Macapá o número de veículos que em 2010 era de 94.233, praticamente dobrou em 13 anos, com 186.886 veículos circulando na cidade em 2023.

Com apenas 3,76 km de ciclovias por pessoa, Macapá tem um dos mais baixos índices, só perdendo em percentual no norte para Manaus. Estes dados aliados a crise no transporte coletivo na capital, além da proliferação de condomínios de classe média nas áreas periurbanas de Macapá, contribuíram significativamente para o aumento do tempo de deslocamento na cidade, especialmente nas zonas norte e oeste que sofrem com o grande fluxo de carros, motos e ônibus.

A melhoria das vias públicas oriundas de fortes investimentos federal, seja por meio de bancada e ou de recurso próprios investidos pelo Estado e pelo município, com recursos oriundos da outorga proveniente do processo de concessão pública do sistema de água e esgoto, oportunizaram uma melhor condição de trafegabilidade para veículos individuais. E em algumas áreas privilegiaram o pedestre, incluindo faixas para pessoas com baixa visão, mas com praticamente nenhum aumento em km de faixas destinadas a ciclistas.

A ausência de planejamento integrado entre as ações da Concessionária responsável pela gestão do abastecimento de água e esgoto e a gestão municipal também compromete o tempo de vida útil das vias, além de danificar a sinalização horizontal em algumas das áreas onde não há ação integrada entre as duas organizações. A sinalização horizontal foi ampliada na cidade, mas ainda há hiato entre a recuperação das ruas e a sinalização, comprometendo a segurança nos deslocamentos. Importante destacar também, que a sinalização semafórica não se encontra sincronizada e não há indícios de verificação de pesquisa de contagem para avaliar as vias coletoras que se conectam.





Um outro aspecto que merece destaque, em se tratando de mobilidade da capital do Amapá, diz respeito a região Metropolitana de Macapá, que contempla os municípios de Macapá, Santana e Mazagão, este último antes isolado, atualmente encontra-se conectado por várias pontes. Macapá e Santana já são consideradas cidades conurbadas e se conectam pelas Rodovias Estaduais Duca Serra e Josmar Pinto. A conectividade também se estende no aspecto econômico e social, com a utilização dos serviços ofertados por um município e consumidos pelos outros.

No que se refere a relação econômica, diferentes modais se integram e se conectam na construção da relação comercial de Macapá e Santana principalmente. Santana é considerada a porta de entrada e saída das riquezas do Estado. Por meio de suas estruturas portuárias, só em 2023 entraram por Santana 13 bilhões de produtos manufaturados, a maioria saindo por Santana para abastecer quase 3.000.000 de habitantes nas ilhas do Pará. Entretanto, é em Macapá que se localiza a maior parte das empresas distribuidoras e responsáveis pela estrutura logística de armazenamento do Estado.

A relação comercial bem percebida na dinâmica do comércio atacadista é reflexo da rede de relações que colocam Macapá em uma centralidade em relação ao estado, assim como as ilhas do Pará, onde a maior parte dos provedores de serviços estatais que servem as ilhas do Pará estão vinculados a Macapá. Neste sentido, é intensa a população flutuante que chega ao estado utilizando a logística fluvial. Macapá conta com estruturas que apoiam a dinâmica de transporte fluvial em escala local em seis espaços: Jandiá, Perpétuo Socorro, Santa Inês, Aturiá, Canal das Pedrinhas, Igarapé da Fortaleza (este fazendo fronteira ao sul com Santana) e Porto do Céu (este fazendo fronteira ao Leste com Santana).

Há uma percepção de que a gestão pública municipal não consegue acompanhar as mudanças ocorridas nas vias públicas urbanas com a inserção de um número significativo de veículos. Acredita-se que em parte o problema está associado à fragilidade do órgão de gestão de trânsito municipal. A Empresa Municipal de Transportes Urbanos E.M.T.U, criada pela Lei nº 860/97 - PMM, posteriormente alterada pela Lei Complementar nº 091/2012 - PMM de 13 de janeiro de 2012 que transformou a Empresa Municipal de Transportes Urbanos - EMTU em Companhia de Trânsito e Transportes de Macapá — CTMac.





Após a sua implantação a empresa realizou concurso público em 1998 contemplando 373 vagas, destas 250 eram destinadas a agente de trânsito e transporte, entretanto, só 45 foram efetivadas. Atualmente somente 43 agentes continuam ativo na instituição, com uma média de idade acima de 50 anos. Em relação a área técnica, os dados apresentados são mais críticos, das 20 vagas ofertadas, apenas 02 foram efetivadas, destas nenhuma era relacionada a área de Engenharia de Tráfego.

Estudos existentes recomendam um agente de trânsito nas cidades para cada mil veículos. Dados levantados pelo IBGE a partir de 2006, demonstram que o crescimento da frota nos últimos 18 anos foi acima do crescimento populacional. Saímos de 54.498 mil veículos em 2006 para 186.886 em 2023. Em 2006 a população estimada era de 368.367 mil pessoas e em 2022, de acordo com o CENSO do IBGE, 442.933. O aumento da frota de veículos além de ampliar os transtornos no trânsito também contribui para a emissão de CO² na atmosfera.

Os dados levantados demonstram que já na época de sua estruturação a CETMAC tinha uma baixa capacidade para gerenciar uma cidade no porte de Macapá. Passados mais de 20 anos a situação ficou ainda mais crítica, não tendo a instituição estrutura adequada para manter um trânsito seguro e tranquilo.

Hoje estima-se que mais de 70% das internações realizadas no Brasil são provenientes de acidentes de trânsito. As estatísticas levantadas pelo setor de saúde estabeleceram que a maior parte dos acidentes, em especial de moto, são relacionadas a operadores de aplicativos de entregas.

Atualmente, de acordo com dados do IBGE, Macapá conta com 20.519 trechos de vias e os distritos com 1.047. Não é incluído nestes dados áreas de pontes em espaços desestruturados e comunidades ribeirinhas que utilizam pontes para seu deslocamento. Importante destacar, que não há disponível material qualificando a realidade das vias de Macapá e nem a caracterização de seus passeios públicos.





Para ampliar a capacidade de deslocamento em vias públicas urbanas e nas áreas rurais, com qualidade no deslocamento, são propostas da COLIGAÇÃO MACAPÁ PARA TODOS NÓS:

1. **Modernizar** a CTEMAc e realizar concurso público;
2. **Melhorar** a sinalização semafórica existente no município, adotando sistema inteligente de gestão das vias;
3. **Aumentar** o número de ciclovias e ciclofaixas;
4. **Efetivar** a elaboração do Plano de Mobilidade Municipal e implementá-lo;
5. **Realizar** um grande programa de urbanização das vias de Macapá, fazendo a pavimentação de novas ruas juntamente com toda a infraestrutura necessária: microdrenagem, meio fio, calçadas, ciclovias ou ciclofaixas.;
6. **Implantar** sistema de transporte público com oferta de ônibus novos, modernos e climatizados com TARIFA ZERO;
7. **Requalificar** paradas de ônibus e implantar novos abrigos com iluminação adequada e câmara de monitoramento nas áreas de maior concentração;
8. **Realizar** campanhas educativas sobre segurança no trânsito;
9. **Promover** a regulamentação de transporte de carga nas vias urbanas;
10. **Promover**, em conjunto com o Governo do Estado e as Prefeituras de Santana e Mazagão a oferta de transporte público na região metropolitana, com ônibus de qualidade.

ODSs ASSOCIADAS

ODS 01 – Erradicação da pobreza: Garantir acesso a serviços básicos;

ODS 03 – Boa saúde e bem-estar: Reduzir o número de mortes e ferimentos por acidentes na estrada;

ODS 07- Energia Acessível e Limpa: Facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energias mais limpas, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologia de combustíveis mais limpos;

ODS 09 – Indústria, infraestrutura e inovação: Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça (...) com foco no acesso equitativo e a preço acessíveis a todos;

ODS 10 – Redução das desigualdades: Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países;

ODS 11 – Cidades e Comunidade Sustentáveis: Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.



9 - MULHERES

A sociedade mudou e o modelo tradicional de família também. O conceito tradicional de família, o chefe de família, o cônjuge e os filhos, agora é um dos modelos familiares que vão desde núcleos unipessoais a famílias monoparentais. Nesta nova composição familiar brasileira a maioria é chefiada por mulheres. Segundo a pesquisa “As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho 2023 -IBGE/PnadC”, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), as mães estão na liderança de 50,8% das famílias.

Em números, o percentual representa 38,1 milhões de famílias no Brasil que têm a mãe como principal provedora. Em termos de renda familiar, casais com filho receberam os maiores valores, em média R\$ 4.987, sendo os menores valores, segundo a Pesquisa, registrados entre os domicílios monoparentais com chefia feminina (R\$ 2.833) e unipessoais femininos (R\$ 2.913). A pesquisa demonstra que apesar de seu papel significativo no mercado de trabalho ainda é baixa a remuneração de mulheres empregadas.

Os dados refletem uma tendência crescente, vinculada especialmente a outros parâmetros. Ao longo dos anos vem diminuindo o número de mulheres vítimas de violência, praticadas na maioria das vezes em ambiente familiar. A queda, em parte, vem da ampliação da legislação mais rigorosa, da ampla rede de apoio à denúncia, da emancipação e empoderamento feminino.

A análise dos dados da participação feminina na chefia das famílias sejam monoparentais ou unipessoal feminina, cruzada com dados da violência, levantam reflexão para três grandes problemas que foca em frentes de políticas públicas distintas para desenvolvimento de mobilidade social: A primeira relacionada à manutenção e fortalecimento da rede combate à violência contra mulher; a segunda focada na primeira infância; e, a terceira focada no mercado de trabalho.





Dados do Anuário de Segurança Pública referente a 2023, levantaram pela primeira vez um cenário estarrecedor, 76% das vítimas de estupro são crianças com idade entre 0 e 13 anos, 88,2% são do sexo feminino e 32,5%, tem idade entre 10 a 13 anos. Os agressores familiares representam 64% e 22,4% eram conhecidos. O aumento do número de vítimas de estupro de vulneráveis está acompanhado do aumento dos maus tratos na infância, 69,8% das vítimas tinham menos de 9 anos.

Segundo análise do estudo, maus tratos na infância tendem a se transformar em lesões na adolescência. Os dados acima mostram que a violência contra mulher só mudou a faixa de idade. Assim, há a necessidade de se incorporar nesta rede de apoio à mulher mecanismos que permitam prevenir a ocorrência de estupro de vulneráveis.

Os dados, por sua vez, também podem explicar a tendência da ampliação de mulheres que preferem viver sozinha. O lado complexo desta tendência, onde a maioria das mulheres chefe de família são mães, trabalhadoras ou empreendedora, assumindo a responsabilidade de chefiar os lares em virtude da sobrevivência das famílias, reflete a necessidade da promoção do equilíbrio da mulher chefe de família, que tem o grande desafio de conciliar a criação dos filhos com o mercado de trabalho.

Segundo levantamento realizado no 4º trimestre de 2023 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE, o Amapá contava com 174 mil mulheres atuando no mercado de trabalho e representavam 16,2% da força de trabalho. A notícia ruim é que 31 mil mulheres acima de 14 anos se encontram desocupadas. A pesquisa revelou também que 34% das mulheres ocupadas atuam na informalidade.

Das mulheres que atuam no mercado de trabalho 43% ganham até um salário-mínimo e 45% são negras. Em 2022, foram graduados 4.412 alunos na cidade de Macapá, sendo 60,4% mulheres. Estudo do Dieese, referente a 2023, aponta que no Brasil, as mulheres que atuavam por conta própria e tinham maiores rendimentos eram as que possuíam maior anos de estudo, 65,8% das mulheres tinham ensino superior.





Força de Trabalho Feminina na Região Norte (2023)



Fonte: DIEESE (2024)

No contexto atual da participação feminina no mercado de trabalho e na sua maior inserção na estatística que as aponta como chefe de família monoparental, a luta pela igualdade de gênero ganha distintos desdobramentos que passam essencialmente pelo mundo do trabalho e pela questão da divisão sexual do trabalho. Assim, é imperativo o aprofundamento da percepção da importância do empreendedorismo feminino, como possibilidade de trabalho e renda, com influência direta na relação entre trabalho e práticas sociais, que permitem o ressignificar da discussão da desigualdade de gênero e seus desdobramentos na sociedade.

Apesar do número significativo de mulheres que se inserem no mundo do empreendedorismo, seja por talento ou por necessidade, alavancada pela insuficiência de oportunidade ou por baixa formação, os números demonstram que ainda há uma lacuna entre os negócios existentes fomentados por mulheres e a melhoria da renda. A baixa capacidade na compreensão do mundo dos negócios, afeta significativamente o crescimento e a permanência no mundo do empreendedorismo. Semelhante a outros grupos em situação de vulnerabilidade, há ainda a baixa capacidade de desenvolver negócios inovadores e acessar fomentos para alavancar negócios ou colocar ideias em práticas.

De acordo com o Gender Gap Report 2022, o número de empreendimentos liderados por mulheres cresceu 41%, enquanto os negócios geridos por homens aumentaram 22%. No entanto, a maioria dos empreendimentos femininos são focados na área de beleza, moda e alimentação. No segmento de inovação e tecnologia, os números crescem a passos lentos, o que reforça a importância de fortalecimento do empreendedorismo feminino para ampliar a diversidade no ecossistema da inovação.





Para ampliar a participação feminina no mercado de trabalho e assegurar melhor renda e qualidade de vida, garantir a emancipação e autonomia e assegurar o combate a todas as formas de violência contra mulheres no município de Macapá a COLIGAÇÃO MACAPÁ PARA TODOS NÓS propõe:

1. **Efetivar** a atuação da Secretaria da Mulher e sua autonomia para combater toda e qualquer forma de violência contra a mulher ;
2. **Implantar** a Casa da Mulher Brasileira Municipal na Zona Sul da cidade de Macapá;
3. **Estimular** a realização de ações formativas de prevenção à violência sexual, com foco no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, nos diversos espaços;
4. **Fortalecer** a Rede de Apoio à Mulher nas áreas rurais;
5. **Criação** de protocolos para identificação e atendimento de mulheres e crianças vítimas de violência física, sexual, maus tratos etc., nas unidades de saúde do município;
6. **Implantar** estruturas específicas de saúde da mulher e ampliar oferta de exames específicos nas unidades de referência de saúde do município;
7. **Ampliar** ações integradas entre as equipes de Assistência e estruturas de formação e qualificação, focadas na inserção e qualificação de mulheres no mercado trabalho e empreendedorismo;
8. **Promover** ações que favoreçam a inclusão produtiva de mulheres nas áreas tecnológicas e de empreendedorismo inovador;
9. **Ampliar** acesso ao crédito para mulheres inseridas em situação de vulnerabilidade social em especial as mães solas;
10. **Estimular** a mulher produtora rural com apoio ao empreendedorismo rural e verticalização da produção e mercado sustentável

ODSs ASSOCIADAS

- ODS 01 – Erradicação da pobreza: Eliminar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares;
- ODS 02 – Fome Zero e Agricultura Sustentável: Assegurar nutrição infantil e materna de qualidade;
- ODS 03 – Boa saúde e bem-estar: Promover saúde e bem-estar para mães e crianças inseridas na primeira infância;
- ODS 04 – Educação de qualidade: assegurar a educação inclusiva equitativa e de qualidade;
- ODS 05 – Igualdade de Gênero: Assegurar creches acessíveis e de alta qualidade, ampliando oportunidades para as mães avançarem na autonomia financeira;
- ODS 08- Trabalho Decente e Crescimento Econômico: Promover a oferta emprego pleno e justo;
- ODS 10 – Redução das desigualdades: Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países;
- ODS 12 – Consumo e Produção Responsável: Promover ações que ajudem as crianças a terem ações menos consumistas e mais sustentáveis
- ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Promover ações focadas no desenvolvimento de resiliência nas crianças, além de valores e comportamentos que possibilitem a redução da violência no futuro e promoção da paz.



10 - PRIMEIRA INFÂNCIA

No Brasil, faltam políticas públicas específicas e transversais para mães solo que decidem ter seus filhos dessa forma, ou, no caso de uma separação, arcar com as despesas e precisar desse apoio. É necessário garantir segurança para crianças cujas mães não contam com rede de apoio familiar com a oferta de creches e escolas de tempo integral, em especial para as crianças vinculadas à primeira infância. Neste aspecto, ganha relevância as políticas públicas focadas na implantação de creches, ou outras políticas vinculadas a mulheres que mantêm lares monoparentais, como no caso de alguns países da Europa que pagam pensão para a mulher quando ela se separa para ter uma complementação de renda.

Macapá tem um dos piores indicadores em relação ao atendimento de creche, com atendimento de apenas 7,31% das vagas necessárias. É considerado ideal o atendimento de 45,8% a 100%. Os números também deixam a desejar em relação à pré-escola, o município de Macapá conta com 66,36%, quando o considerado ideal é o atendimento entre 97,17 e 100%.



É importante assegurar também, políticas públicas que promovam a qualidade da saúde reprodutiva de mulheres em idade fértil e além de ofertar a qualidade de uma gestação saudável. Macapá, se comparados os dados de antes da pandemia do COVID – 19 e os disponíveis em 2022, teve uma pequena melhora em números percentuais do número de mulheres que realizam 07 ou mais consultas de pré-natal, entretanto, considerado ainda crítico e distante do percentual adequado que varia entre 84, 4% e 100%.

Em relação a partos de mães adolescentes os dados demonstram uma ligeira queda, mas ainda permanecendo na faixa de situação intermediária desde 2015, com 16,46% de partos com mães adolescentes entre mil nascimentos. Ainda é alto também o número da mortalidade materna com razão de 50,2 de morte para cada mil nascidos vivos, número superior à antes da pandemia da COVID -19.



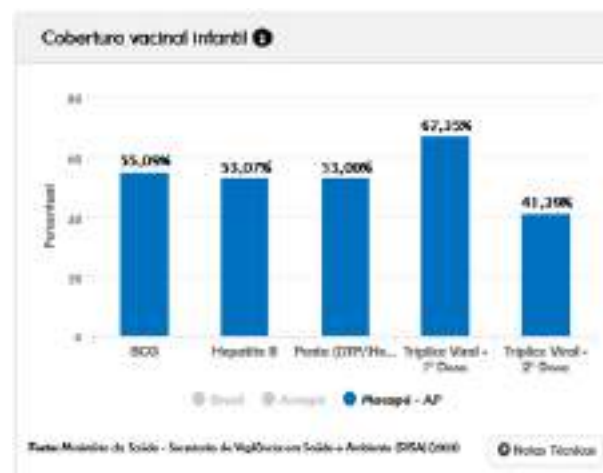
Em termos de vacinação a situação ganha contornos críticos, com Macapá não conseguindo atingir nenhum dos indicadores de cobertura vacinal em 2023. Um outro dado que gera preocupação é a nutrição adequada. Em Macapá, apesar da taxa de crianças com peso adequado ser considerada positiva, houve uma ligeira queda no percentual de crianças de 0 a 5, com 5,65% de crianças com peso adequado, em relação a 2022 quando os valores foram de 6,27%.

Os indicadores negativos também são refletidos nos números referentes a mortalidade infantil com 18, 84 mortes por mil nascidos vivos, ligeiramente inferior à antes da pandemia do COVID-19. Em 2022 foram registrados 105 óbitos por causas evitáveis, dentre as 150 mortes registradas.





Mas o número que causa mais preocupação em relação à nutrição infantil é o percentual de crianças entre os 5 anos com baixo peso, com 4,16% de crianças com peso baixo ou muito baixo. Uma ligeira melhora em relação a 2022, muito próxima de 2019, antes da pandemia do COVID-19 quando o percentual era de 4,50%. Os dados refletem uma tendência que pode ser consequência do baixo peso ao nascer. Chama a atenção o número de crianças nascidas com baixo peso, 9,56% das crianças nascidas em 2022, bem no limite da zona crítica que é de 10 a 35%.



O atendimento integrado dos diferentes serviços prestados pelo município na primeira infância, pode minimizar a necessidade de atendimento mais especializados e possibilitar melhor qualidade de vida futura. Assegurar serviços de qualidade, seja na área de atenção básica da saúde ou mesmo na oferta de creches e escolas de educação infantil, permitirá assegurar a mães que trabalham uma garantia de segurança para seus filhos e possibilidade de ampliar a renda familiar.



Para assegurar uma primeira infância saudável que seja a base de uma vida tranquila e equilibrada no município de Macapá a COLIGAÇÃO MACAPÁ PARA TODOS NÓS propõe:

1. **Aprimorar** e executar o Plano Municipal para a Primeira Infância (PMPI), de acordo com o que recomenda a Lei nº 13257/2026 (Marco Legal da Primeira Infância).
2. **Criar** o Comitê Municipal intersetorial da Primeira Infância, para acompanhamento, avaliação e planejamento das políticas públicas destinadas a esse segmento populacional.
3. **Criar** um programa intersetorial para Primeira Infância no Plano Plurianual (PPA), mapeando o orçamento e a alocação de recursos para implementação.
4. **Investir** na ampliação de oferta de vagas em creches, garantindo o acesso prioritário para crianças de famílias de baixa renda, estimulando o acesso à educação infantil em tempo integral.
5. **Garantir** acesso à creche e à pré-escola às múltiplas infâncias (negras, indígenas, ribeirinhas, rurais, entre outras) e educação para as relações étnico-raciais e a educação inclusiva para crianças com deficiência ou neurodivergentes.
6. **Garantir** que a família e as crianças sejam assistidas em rede, por meio da articulação entre os serviços e equipamentos do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, Sistema Único de Saúde – SUS e da Educação.
7. **Garantir** atenção primária em saúde (consultas de pré-natal e puericultura) com abordagem ampliada que considere a família, a gestante e a criança em sua integralidade.
8. **Promover** políticas públicas intersetoriais que abordem a violência contra crianças, com foco na integração de serviços, capacitação dos agentes públicos e em protocolos de ações para identificar, prevenir e combater abusos e violações.
9. **Implantar** o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora – SFA, que oferece proteção integral às crianças e aos adolescentes que precisam ser afastados temporariamente de sua família de origem, ou extensa, por medida de proteção.
10. **Investir** no combate à insegurança alimentar e nutrição através do “Kit Nutricional Infantil”, contribuindo para o desenvolvimento pleno e saudável na primeira infância.

ODSs ASSOCIADAS

ODS 01 – Erradicação da pobreza: Eliminar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares;

ODS 02 – Fome Zero e Agricultura Sustentável: Assegurar nutrição infantil e materna de qualidade;

ODS 03 – Boa saúde e bem-estar: Promover saúde e bem-estar para mães e crianças inseridas na primeira infância;

ODS 04 – Educação de qualidade: assegurar a educação inclusiva equitativa e de qualidade;

ODS 05 – Igualdade de Gênero: Assegurar creches acessíveis e de alta qualidade, ampliando oportunidades para as mães avançarem na autonomia financeira;

ODS 08- Trabalho Decente e Crescimento Econômico: Promover a oferta emprego pleno e justo;

ODS 10 – Redução das desigualdades: Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países;

ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Promover ações focadas no desenvolvimento de resiliência nas crianças, além de valores e comportamentos que possibilitem a redução da violência no futuro e promoção da paz.



11 - SAÚDE E BEM-ESTAR

Conforme a Constituição Federal de 1988 (CF-88), a "Saúde é direito de todos e dever do Estado". No período anterior à CF- 88, o sistema público de saúde prestava assistência apenas aos trabalhadores vinculados à Previdência Social, na época, aproximadamente 30 milhões de pessoas com acesso aos serviços hospitalares, cabendo o atendimento aos demais cidadãos às entidades filantrópicas. Para assegurar os preceitos constitucionais foi criado o Sistema Único de Saúde – SUS.

Com a sua criação, o SUS proporcionou o acesso universal ao sistema público de saúde, sem discriminação. A atenção integral à saúde, e não somente aos cuidados assistenciais, passou a ser um direito de todos os brasileiros, desde a gestação e por toda a vida, com foco na saúde com qualidade de vida, visando a prevenção e a promoção da saúde.

O Sistema Único de Saúde – SUS, é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento por meio da Atenção Primária, até atendimentos mais complexos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país.

A gestão das ações e dos serviços de saúde deve ser solidária e participativa entre os três entes da Federação: a União, os Estados e os municípios. A rede que compõe o SUS é ampla e abrange tanto ações quanto os serviços de saúde. Engloba a atenção primária, média e alta complexidades, os serviços urgência e emergência, a atenção hospitalar, as ações e serviços das vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental e assistência farmacêutica.

Compõem o SUS o Ministério da Saúde, Estados e Municípios. Com responsabilidade exclusiva e compartilhada de cada ente. Ao Ministério da Saúde compete a gestão nacional do SUS, contemplando: formular, normatizar, fiscalizar, monitorar e avaliar políticas e ações, em articulação com o Conselho Nacional de Saúde. Atua ainda no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite para pactuar o Plano Nacional de Saúde. Integram sua estrutura: Fiocruz, Funasa, Anvisa, ANS, Hemobrás, Inca, Into e oito hospitais federais.





As Secretarias Estaduais de Saúde competem a participação na formulação das políticas e ações de saúde, presta apoio aos municípios em articulação com o conselho estadual e participa da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) para aprovar e implementar o Plano Estadual de Saúde. Cabe às Secretarias Municipais de Saúde: Planejar, organizar, controlar, avaliar e executar as ações e serviços de saúde em articulação com o conselho municipal e a esfera estadual para aprovar e implantar o plano municipal de saúde.

Compõem também o SUS os Conselhos de Saúde, no âmbito de atuação Nacional, Estadual e Municipal, em caráter permanente e deliberativo. Os Conselhos de Saúde são órgãos colegiados compostos por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atuando na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo. Cabe a cada Conselho de Saúde definir o número de membros, que obedecerá a seguinte composição: 50% de entidades e movimentos representativos de usuários; 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde e 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

Também compõe o SUS a Comissão Intergestores Tripartite (CIT); Foro de negociação e pactuação entre gestores federal, estadual e municipal, quanto aos aspectos operacionais do SUS; a Comissão Intergestores Bipartite (CIB); Foro de negociação e pactuação entre gestores estadual e municipais, quanto aos aspectos operacionais do SUS; o Conselho Nacional de Secretário da Saúde (Conass) - Entidade representativa dos entes estaduais e do Distrito Federal na CIT para tratar de matérias referentes à saúde; Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) - Entidade representativa dos entes municipais na CIT para tratar de matérias referentes à saúde; Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde (CONSEMS) - São reconhecidos como entidades que representam os entes municipais, no âmbito estadual, para tratar de matérias referentes à saúde, desde que vinculados institucionalmente ao CONASEMS, na forma que dispuserem seus estatutos.





O SUS foi estabelecido com base em três princípios:

a) Universalização: a saúde é um direito de cidadania de todas as pessoas e cabe ao Estado assegurar este direito, sendo que o acesso às ações e serviços deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, ocupação ou outras características sociais ou pessoais;

b) Equidade: o objetivo desse princípio é diminuir desigualdades. Apesar de todas as pessoas possuírem direito aos serviços, as pessoas não são iguais e, por isso, têm necessidades distintas. Em outras palavras, equidade significa tratar desigualmente os desiguais, investindo mais onde a carência é maior;

c) Integralidade: este princípio considera as pessoas como um todo, atendendo a todas as suas necessidades. Para isso, é importante a integração de ações, incluindo a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o tratamento e a reabilitação. Juntamente, o princípio de integralidade pressupõe a articulação da saúde com outras políticas públicas, para assegurar uma atuação intersetorial entre as diferentes áreas que tenham repercussão na saúde e qualidade de vida dos indivíduos.

Como princípios organizativos estabelece:

a) Regionalização e Hierarquização: os serviços devem ser organizados em níveis crescentes de complexidade, circunscritos a uma determinada área geográfica, planejados a partir de critérios epidemiológicos e com definição e conhecimento da população a ser atendida. A regionalização é um processo de articulação entre os serviços que já existem, visando o comando unificado deles. Já a hierarquização deve proceder à divisão de níveis de atenção e garantir formas de acesso a serviços que façam parte da complexidade requerida pelo caso, nos limites dos recursos disponíveis numa dada região;





b) Descentralização e Comando Único: descentralizar é redistribuir poder e responsabilidade entre os três níveis de governo. Com relação à saúde, descentralização objetiva prestar serviços com maior qualidade e garantir o controle e a fiscalização por parte dos cidadãos. No SUS, a responsabilidade pela saúde deve ser descentralizada até o município, ou seja, devem ser fornecidas ao município condições gerenciais, técnicas, administrativas e financeiras para exercer esta função. Para que valha o princípio da descentralização, existe a concepção constitucional do mando único, onde cada esfera de governo é autônoma e soberana nas suas decisões e atividades, respeitando os princípios gerais e a participação da sociedade;

c) Participação Popular: a sociedade deve participar no dia a dia do sistema. Para isto, devem ser criados os Conselhos e as Conferências de Saúde, que visam formular estratégias, controlar e avaliar a execução da política de saúde.

Macapá como capital do Estado e cidade mais populosa, atende por meio de 32 UBS – Unidades Básicas de Saúde a população de forma ampliada na capital, alcançando 4 regiões da capital. A área com maior cobertura é a zona norte, área com maior concentração de pessoas em Macapá, conta com 10 UBS e duas unidades especializadas: o Centro de Especialidade Papaléo Paes e o Instituto Macapaense de Pediatria, que atende urgência e emergência infantil. Na região também se encontra em construção a Maternidade de Macapá e o Pronto Socorro Municipal.

O município de Macapá conta ainda com 02 Centro de Especialidade Odontológicas – CEO, um gerenciado pelo Município e outro pelo Estado. Tem ainda um Hospital Veterinário e um Centro de Zoonose. Além disso, disponibiliza para a comunidade ribeirinha uma Unidade de Saúde Fluvial.

A revitalização de Unidades Básicas de Saúde e a construção de novas UBS ampliaram a oferta de serviços básicos às famílias macapaenses. Entretanto, o acelerado processo de entrega, com observação mínima das normas necessárias, tem gerado frequentes denúncias de riscos aos serviços, aos servidores e à população atendida. Algumas unidades de saúde apresentam sérios problemas em sua estrutura física, principalmente referentes a parte elétrica e de drenagem de chuvas.





Outro fator importante a ser destacado é um duplo tipo de atendimento simultâneo, o de Urgência/Emergência e o de rotina nas unidades de saúde municipal. Ocasionalmente sobrecarga nas equipes, em estruturas não preparadas, ocasionando serviço inadequado para a população. É importante destacar que ainda é significativo o número de áreas não atendidas, como a região oeste do município que conta atualmente com duas unidades de Saúde, nenhuma delas de urgência e emergência. É necessário também garantir horários de atendimento que na maioria das unidades para além do horário comercial.

Além disso, apesar do avanço na implantação de Unidades de Saúde Básica na capital, no interior do Município de Macapá ainda há precariedade no atendimento. A maioria das unidades só atendem em horário comercial e conta com número limitado de médicos, em alguns casos, só enfermeiros e técnicos de enfermagem. O Ministério Público Estadual estabeleceu Recomendação nº 11/2023-PJDS/MCP elencando as pendências a serem sanadas pelo Município de Macapá, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), nas UBS do interior, a maior parte das recomendações relaciona-se a ausência de profissionais e inadequação dos espaços.

Embora haja um avanço significativo na atenção básica de saúde ainda é tímido os esforços relacionados à Vigilância em Saúde. A separação das ações de Vigilância em Saúde retiradas da SEMSA e concentradas na SMVS – Secretaria Municipal de Vigilância em Saúde, sem um planejamento adequado, fragilizou as ações de vigilância em saúde do município. O controle das informações é necessário para um acompanhamento adequado das principais doenças que afetam a população, de forma territorializada. Importante ainda destacar que a ausência de preenchimento de Fichas de Notificações de Doenças, comum nas unidades de Saúde no Município, leva a uma subnotificação das doenças de notificação compulsória e com isso dificuldades em estabelecer planos de ações de enfrentamento dessas doenças.

É também responsabilidade do município promover o bem-estar animal e fortalecer ações mais efetivas para prevenção, proteção e segurança aos animais de convivência. A política de bem estar animal visa compreender e resolver os problemas contemporâneos de saúde criados pela convergência humana, animal e ambiental, conceito conhecido como "saúde única".





É papel do município promover a regulamentação, a fiscalização e a punição das práticas capazes de ocasionar maus-tratos; as ações públicas de controle de zoonoses; o controle populacional de animais domésticos e em situação de rua; o uso de animais no ensino e na pesquisa. Menos animais abandonados em nossas ruas significa prevenir surtos de raiva, leptospirose, ancilostomose, toxoplasmose, esporotricose, ademais de infestações por pulgas e carrapatos. Além disso é importante assegurar legislação e acompanhamento para os animais de serviço e de suporte, importantes aliados no apoio a tratamento de humanos.

Um outro aspecto relevante relacionado ao atendimento básico de doenças infecciosas diz respeito a opção de sistema de diagnóstico implantado no município, com terceirização do diagnóstico laboratorial, e em alguns casos a quarteirização. Como no caso do diagnóstico da tuberculose, doença altamente contagiosa, mas de fácil diagnóstico. A Prefeitura atualmente opta por terceirizar o diagnóstico para uma empresa de apoio laboratorial, que por sua vez "quarteiriza" para uma empresa de fora do estado. O diagnóstico chega a demorar até 10 dias, quando em situações normais levaria menos de 24h para ser realizado.

Existe uma necessidade urgente da construção de um Laboratório Central Municipal, que entre outras funções iria realizar exames de maior complexidade e ser responsável por treinamentos e criação de protocolos da rede municipal de Laboratórios de Análises Clínicas. A gestão atual iniciou a obra que se encontra abandonada e sem previsão de retorno. A área laboratorial também não conta com estrutura administrativa autônoma, sendo a Divisão de Assistência Laboratorial subordinada ao Departamento de Média Complexidade, setor este que não tem conhecimento ou experiência na área, o que leva a ações ineficientes, dispendiosas e por vezes até ilegais por não conhecerem as necessidade e legislações de laboratórios e postos de coletas.

Não há qualquer critério para a implantação de um laboratório ou posto de coleta em uma unidade de saúde do município, criando situações de concentração desses tipos de atendimento em poucas regiões, deixando outras regiões e serviços que dependem do apoio laboratorial descobertos. A ausência de uma regulamentação referente aos profissionais Responsáveis Técnicos dos laboratórios e postos de coletas no município com definição de remuneração, atividades e responsabilidades, leva muitas vezes a uma baixa eficiência na execução das atividades do setor e em alguns casos, a tomada de decisões equivocadas, inadequadas ou irregulares





A terceirização da rede municipal de laboratórios apresenta diferentes problemas que impactam negativamente o trabalho dos servidores desses setores e no atendimento à população, como: ineficiência no suporte técnico, má qualidade e defasagem dos equipamentos fornecidos, falta de insumos para a realização dos exames.

Além disso, não há uma padronização nos exames e equipamentos presentes nos laboratórios e postos de coletas, quer seja no seu quantitativo (ou mesmo existência), ou na sua qualidade e tecnologia, acarretando discrepâncias no atendimento ofertado por cada unidade. Alguns exames chegam a demorar 15 dias para serem liberados, uma vez que a empresa contratada para prestar apoio a rede laboratorial "quarteiriza" os mesmos para outras empresas de fora do estado. Muitos desses exames poderiam ser facilmente realizados em uma estrutura como o Laboratório Central Municipal.

O aumento da estrutura de atendimento por sua vez não acompanhou a readequação do sistema de agendamento de consultas. Atualmente a Central de Regulação de Consultas e Exames Municipal encontra-se concentrada apenas nos serviços oferecidos apenas no Centro de Especialidades Papaléo Paes.

Uma central com atendimento mais amplo, incluindo UBS e outros centros de saúde do município trará mais conforto para a população que hoje enfrenta filas por vezes de horas, iniciadas de madrugada, para agendar consultas ou exames.

Apesar dos avanços também nos diagnósticos de Transtornos do Espectro Autista – TEA, o diagnóstico está restrito a ações pontuais e voltadas somente para o público infantojuvenil. O tratamento também está concentrado em apenas três unidades, Clínica Escola Coração Azul e Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSI) para o público infantojuvenil e no Centro Especializado em Reabilitação (CER) para o público adulto, mas em todos os casos de forma muito incipiente.

A uma necessidade preeminente de integrar o sistema de saúde pública, em especial no que diz respeito a saúde mental, hoje atendida em quase todas as unidades de saúde municipal. Entretanto, muitos pacientes atendidos na rede de saúde apresentam condições que necessitam de intervenções de Assistência Social. Não há qualquer tipo de protocolo ou orientação para lidar com essas situações, dependendo exclusivamente das ações individuais dos membros das equipes de saúde das unidades.





É importante ainda estabelecer uma maior integração e fortalecimento da rede de diagnóstico e tratamento das IST/AIDS nas unidades de saúde do município. Embora tenham ocorrido iniciativas de se organizar, em conjunto com a rede estadual ações integradas, a iniciativa não foi exitosa.

Em relação ao combate às endemias, de responsabilidade da SMVS, a atuação dos Agentes de Endemias ocorre nas unidades de saúde. Não existe padronização no atendimento, com unidades realizando ou não esse serviço sem critérios, sem horários ou dias definidos e, por não fazerem parte da SEMSA, sem seguir o funcionamento das unidades onde estão inseridos. Não há escala de atendimento nas unidades que atuam no período da noite, nos fins de semana ou mesmo nos dias de feriados.

Um dos grandes desafios encontrados pelos servidores municipais de saúde é a falta de preparação e treinamento por parte da Prefeitura. E mesmo quando ocorrem, são feitos sem metodologias ou focos adequados. A criação de uma Escola de Saúde Pública Municipal, aos moldes da estadual, traria não só uma melhor qualidade para esse tipo de serviços como também a possibilidade de formações complementares, como aperfeiçoamentos, especializações, mestrados e até doutorados para os servidores.

Ainda, a abertura de novas unidades de saúde, assim como a inclusão de atividades extras nas existentes, não foi acompanhada pela contratação de servidores públicos suficientes para trabalhar nas mesmas, levando a uma sobrecarga dos servidores efetivos, criação de escalas extras (que por vezes só são remuneradas após intensa cobrança) e processos seletivos simplificados para a contratação de forma temporária de servidores, mesmo a demanda sendo permanente.

Nas unidades onde o regime de trabalho é em escala, muitas vezes os servidores não têm o seu descanso intrajornada respeitado, principalmente nos turnos de 12h. Também por várias vezes são escalados no dia seguinte após jornadas de 12h. Quanto a Hora Noturna ("Hora ficta"), não há o respeito ao artigo 95 da Lei 122/2018 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Macapá, o qual informa que a Hora Noturna deverá ser contabilizada como tendo duração de cinquenta e dois minutos e 30 segundos, e não sessenta minutos, como é contabilizada atualmente. Não houve durante a gestão atual qualquer aumento real dos salários dos servidores municipais de saúde, que possuem remuneração muito aquém da praticada no mercado atualmente.





Para dar conta de promover uma saúde para todos com qualidade são propostas da Coligação Macapá Para Todos Nós:

1. **Reestruturar** o serviço laboratorial nas unidades de saúde municipal com distribuição adequada dos laboratórios e postos de coleta nas unidades de saúde municipais, ampliando a oferta de exames de análise clínicas e de imagens na rede municipal
2. **Implantar** UPA no Marabaixo, construir novas UBS em comunidades rurais de Macapá e construir o Laboratório Central Municipal;
3. **Modernizar** as unidades de saúde do município, promovendo espaço digno para atendimento diferenciado de urgência/emergência, ampliando o uso de tecnologias para garantir rapidez e segurança no atendimento, como o de prontuário eletrônico;
4. **Ampliar** a integração da rede de diagnóstico e tratamento de pessoas com TEA;
5. **Reestruturar** a Central de Regulação de Consultas e Exames Municipal, integrando ações da estratégia de saúde da família e das ações itinerantes de saúde;
6. **Fortalecimento** da rede de diagnóstico e tratamento das IST/AIDS nas unidades de saúde do município e outras doenças infecciosas;
7. **Readequação** das estruturas administrativas de saúde com a reunificação da SMVS e SEMSA
8. **Ampliar** o atendimento e a estrutura da rede física de proteção animal e bem-estar animal, implantando ações focadas em bem-estar de animais de suporte e de serviços;
9. Ampliar a atuação das equipes de Saúde da Família e dos Agentes de Endemia nas comunidades mais vulneráveis do município;
10. **Realizar** concurso público para área de saúde e criar Escola de Saúde Pública Municipal fortalecendo as equipes de saúde existentes.

ODSs ASSOCIADAS

ODS 01 – Erradicação da pobreza: Garantir acesso a serviços básicos;

ODS 03 – Boa saúde e bem-estar: melhoria da saúde e da qualidade de vida

ODS 10 – Redução das desigualdades: Reduzir as desigualdades no interior dos países;

ODS 11 – Cidades e Comunidade Sustentáveis: Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas e acessíveis.



REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364.

AMAPÁ, LEI Estadual Nº. 0455/99 (Lei de Preservação das Ressacas) de julho de 1999. Dispõe da preservação das ressacas, bem como privilegiar a criação de áreas protegidas a partir de ressacas presentes nas áreas municipais urbanas.

AMAPÁ, Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA. Resolução COEMA Nº 06202 DE 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS). 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília: [s. n.], [1981].

BRASIL. Lei Federal Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

BRASIL, Lei 13022/14 | Lei nº 13.022, Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais, de 8 agosto de 2014.

BRASIL, Lei 13.675 de 11 de junho de 2018. Diário Oficial da União, 12 de Junho de 2018. Disciplina a organização dos órgãos da Segurança Pública.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2023: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2024

BRASIL, lei nº12. 435 sancionada em 06 de julho de 2011, institui o SUAS e garante a efetivação dos dispositivos previstos na CF de 1988.

BRASIL, Lei nº 8.742. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.





BRASIL. Dinâmicas da violência e da criminalidade na Região Norte do Brasil / organizadora : Maria Paula Gomes dos Santos – Brasília: Ipea, 2024. 400 p.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 199

ICHAGAS, C. A. N.; ALMEIDA, L. S. de; RAMOS, E. M. L. S.; REIS NETTO, R. M. Território e violência urbana: os agentes macro territoriais e os crimes violentos letais em Macapá-Amapá. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 20, n. 69, p. 385–402, 2019. DOI: 10.14393/RCG206941412. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/41412>. Acesso em: 13 ago. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Guia segurança no Município: estudo de caso de três experiências de prevenção à violência em âmbito municipal: caminhos para construção de uma cultura de paz. São Paulo: FBSP, 2022. ISBN 9786589596134.

IBGE. Censo Demográfico 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/censo2022>. Acesso em: 30 de julho de 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar, 2023. Brasília: MEC, 2024.





REALIZAÇÃO:



ELABORAÇÃO:



endereço do Partido ou comite

@republicanos10ap
@